



**INICIATIVAS
INTERSETORIAIS
VOLTADAS À
PROMOÇÃO DE
DIREITOS DE
POPULAÇÕES
INDÍGENAS
REFUGIADAS E
MIGRANTES
NO BRASIL**



COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

MC – MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Ronaldo Vieira Bento – Ministro da Cidadania

Alexandre Reis de Souza – Secretário Especial do Desenvolvimento Social Adjunto

Maria Yvelonia dos Santos Araújo – Secretária Nacional de Assistência Social

Inácio Machado de Souza Filho – Diretor de Proteção Social Especial

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS

Oscar Sanchez Pineiro – Representante Interino do ACNUR no Brasil

Federico Martinez – Representante Adjunto do ACNUR no Brasil

ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DE MIGRAÇÕES DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA

Niusarete Margarida de Lima – Assessora para Assuntos de Imigrações

Mônica Alves Silva – Analista Técnica de Políticas Sociais

Barbara P. Cravos – Analista Técnica de Políticas Sociais

Clara C. Ribeiro de Matos – Assistente Sênior de Proteção

Luciana Campos - Assessora Técnica (Boa Vista)

Adriana S. Corrêa – Assistente de Coordenação (SUFAI)

Walqueline de Sousa Costa – Psicóloga (Pacaraima)

Ákira Konmers Sotodate – Psicóloga (Pacaraima)

Rizonete Lopes Cunha – Assistente Social (Pacaraima)

Roberta Toledo da Silva – Assistente Administrativo

UNIDADE DE PROTEÇÃO DO ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS

Silvia Sander – Oficial de Proteção

Pablo Mattos – Oficial Associado de Proteção

André de L. Madureira – Oficial Assistente de Proteção

Andrea Zamur – Oficial Assist. de Reassentamento

Eliana Moreno – Oficial Associado de Proteção para GBV

Diego Souza Merigueti – Associado de Asilo de Qualidade

Helois Miura – Assistente Sênior de Proteção

Gabriel Tardelli – Associado de Campo

Giovana M. Sidney - Assistente de Reassentamento

Vanuza Nunes Pereira – Assistente Sênior de Campo



COORDENAÇÃO EXECUTIVA E TÉCNICA

MC – Ministério da Cidadania

Niusarete Margarida de Lima – Assessora para Assuntos de Imigrações

Mônica A. Silva – Analista Técnica de Políticas Sociais

Barbara P. Cravos – Analista Técnica de Políticas Sociais

Clara C. Ribeiro de Matos – Assistente Sênior de Proteção

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

Vanuza Nunes Pereira – Assistente Sênior de Campo

ELABORAÇÃO DOS RELATOS

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém (PA)

Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania de Manaus (AM)

Prefeitura Municipal de Ananindeua (PA)

Governo do Estado da Paraíba (PB)

Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (RJ)

Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI)

Projeto Naru - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Taller Warao - Serviço Pastoral do Migrante em Recife

COLABORAÇÃO

Pablo Mattos – Oficial Associado de Proteção do ACNUR

Gabriel Tardelli – Associado de Campo do ACNUR

Juliana M. Fernandes Pereira – Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social

Luciana Campos - Assessora Técnica do Ministério da Cidadania/
Boa Vista

PROJETO GRÁFICO

Traço Leal Comunicação

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	5
II. ABRIGAMENTO/ACOLHIMENTO	9
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém (PA): A Casa De Acolhimento para Adultos e Famílias (CAAF)	10
Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) de Manaus (AM): Estratégia de Saída Para Abrigos Indígenas em Manaus	18
III. PROTEÇÃO COMUNITÁRIA	27
Prefeitura Municipal de Ananindeua (PA): Construindo Cidadania da População Warao em Ananindeua	28
Governo Estadual da Paraíba (PB): Implementação de Serviço e Fortalecimento das Articulações Intersetoriais no Estado da Paraíba para o Atendimento aos Indígenas Refugiados e Migrantes da Etnia Warao: Da Conjuntura Emergencial à Proteção Comunitária e Busca por Autonomia	34
Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (RJ): Fluxos Intersetoriais de Apoio ao Atendimento de Saúde de Indígenas Warao em Nova Iguaçu (RJ)	40
IV. MEIOS DE VIDA (INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA)	47
Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI): Centro Cultural e de Formação Indígena (CCFI)	48
Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa (PB): Projeto Narú	56
Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste em Recife (PE): Taller Warao	64
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
VI. REFERÊNCIAS	69
VII. ANEXOS	70



INTRODUÇÃO

Acolhimento (ii) Proteção Comunitária (iii) Integração Socioeconômica/Meios de Vida. O presente material, “Iniciativas Intersetoriais voltadas à Promoção de Direitos de Populações Indígenas Refugiadas e Migrantes no Brasil”, compila alguns destes relatos apresentados naquele Workshop e elaborados pelas respectivas equipes que agora integram como parceiros nesta coletânea.

O eixo de “acolhimento/abrigo” para indígenas refugiados e migrantes buscou dar visibilidade às ações desenvolvidas ao longo dos últimos quatro anos, orientadas por um planejamento intersetorial, cujo principal provimento era o Acolhimento, conforme oferta de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da política pública de Assistência Social. Além disso, esse eixo abordou os caminhos e os percalços enfrentados no acesso a outros serviços previstos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este eixo conta com dois relatos: da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém (PA) e da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) de Manaus (AM), em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Manaus (AM).

No eixo de “proteção comunitária”, as ações encontram-se subdivididas em Proteção Social e Promoção Social. Esse eixo abarcou ações, atividades e projetos com objetivos de fortalecer vínculos e construir alternativas interculturais para a proteção de indígenas refugiados e migrantes, favorecendo a participação em diálogos sobre temas variados, como direitos, organização e participação social, documentação, violência baseada em gênero, uso abusivo de álcool, presença de crianças e adolescentes nas ruas, saúde, educação etc. Este eixo contempla quatro experiências: o Projeto Dimensões da Religiosidade Warao no Serviço Socioassistencial pela Fundação Papa João XXIII do Município (FUNPAPA) de Belém (PA)³; o trabalho desenvolvido entre as Secretarias de Assistência Social e de Educação sob gestão da Prefeitura Municipal de Ananindeua (PA); a implementação de serviço e o fortalecimento das articulações intersetoriais para o atendimento aos Indígenas Refugiados e Migrantes da Etnia Warao, pelo Governo Estadual da Paraíba (PB); e os Fluxos intersetoriais de apoio ao atendimento de Saúde de indígenas Warao em Nova Iguaçu (RJ).

Por fim, as iniciativas agrupadas no eixo “meios de vida” buscaram sistematizar experiências relacionadas às estratégias de médio e longo prazo com o objetivo de gerar renda segura e trabalho. São iniciativas desenvolvidas em conjunto com as famílias indígenas que vivem em áreas urbanas, com utilização de metodologias interculturais. Fazem parte deste eixo três ações: os projetos desenvolvidos pela Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI), realizado por meio da coordenação do Centro Cultural e de Formação Indígena em Boa Vista (RR); o Projeto Taller Warao em Recife (PE), desenvolvido pelo Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste; e o Projeto Naru em João Pessoa (PB), desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Esta publicação pretende ser um instrumento aglutinador, uma maneira de conhecer propostas e experiências para/com a população indígena refugiada e migrante venezuelana. Em grande parte, se inscrevem no âmbito da Assistência Social brasileira, contudo ressalta-se os indicativos e esforços para atuações e respostas intersetoriais, o que se destaca ao mesmo tempo como desafio e aprendizado. Ainda, ressalta-se a importância da centralidade dos equipamentos da Proteção Social Básica e Especial, que devem conduzir e orientar processos nos territórios de forma integrada entre as ofertas do SUAS e demais políticas setoriais. Além das experiências aqui documentadas, existem outras ações implementadas em vários estados e municípios do Brasil, em âmbito governamental e não governamental. Embora essas experiências ocorram de maneira descentralizada, todas devem estar comprometidas nos princípios e legislação que regem as políticas públicas brasileiras, que asseguram direitos para todas as pessoas, sem discriminações de nenhum tipo, e devem atuar para mitigar e superar situações de vulnerabilidade, riscos sociais e violações de direitos. Para ações alinhadas com diretrizes que garantam a proteção social da população em questão, é necessário que exista compromisso pelo trabalho integrado e intersetorial, capacitação e orientação das equipes e gestores para oferecer um atendimento que se estruture com base em estratégias adequadas às suas necessidades e perfil.

A práxis do trabalho social com a população de interesse tem se mostrado importante para aprendizagens cotidianas, que ocorrem a partir do processo contínuo de reflexão-ação dos atores que atuam diretamente com este público. A disponibilidade permanente em rever e reconstruir processos de trabalho que partam de diversos conhecimentos, incluindo aqueles adquiridos por meio do diálogo e escuta do outro é fundamental para o desenvolvimento de uma política pública verdadeiramente acessível. Portanto, a reunião de todas essas experiências em uma só publicação visa ressaltar a diversidade em diferentes contextos, a composição das equipes nos projetos/serviços, os atendimentos oferecidos, os desafios e os aprendizados. Ou seja, todos esses trabalhos refletem a busca constante de soluções a partir dos desafios postos, visando construir pontes, oferecendo caminhos possíveis para a criação de estratégias para lidar com o atendimento voltado à população indígena refugiada e migrante no Brasil.

3 A Fundação Papa João XXIII do Município (FUNPAPA) de Belém (PA) com o Projeto Dimensões da Religiosidade Warao no Serviço Socioassistencial foi selecionada na Chamada Pública, participou do Workshop com a apresentação do projeto, entretanto, decidiu por não participar dessa coletânea.



**|| ABRIGAMENTO/
ACOLHIMENTO**



Secretaria Municipal de Trabalho e
Assistência Social de Santarém (PA):

A CASA DE ACOLHIMENTO PARA ADULTOS E FAMÍLIAS (CAAF)



“ O trabalho em rede é fundamental para garantir a superação da vulnerabilidade e do risco social ocasionada pelo deslocamento forçado. ”

Equipe de apoio da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém





1. Dados iniciais

Nome da instituição: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS)

Nome do Projeto: Casa de Acolhimento para Adultos e Famílias (CAAF)

Órgão(ões)/instituição(ões) responsável(eis): Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS)

Cidade/Estado: Santarém/Pará.

Endereço: Av. Sergio Henn, 838 – Aeroporto Velho

E-mail institucional/responsável: semtrasdpe@gmail.com; Secretária Orlessandra Amara Santana



2. Breve Histórico

Casa de Acolhimento para Adultos e Famílias (CAAF) é um equipamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, conforme tipificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁴, que desenvolve o serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias em situação de rua. Configura-se, ainda, como acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas adultas ou grupo familiar, com ou sem crianças e adolescentes, que se encontrem em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência. Também destina-se ao atendimento de pessoas em trânsito e sem condições de autossustento, assegurando-lhes o direito de permanência e usufruto da cidade, com segurança, bem como igualdade de condições e acesso ao serviço.

Em 01 novembro de 2017, a CAAF fora instituída pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), em decorrência da chegada de um grupo de 30 (trinta) indígenas da etnia Warao em situação de vulnerabilidade social.

O município de Santarém solicitou e recebeu recurso emergencial do Ministério da Cidadania para o atendimento do referido público, conforme foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que por meio da Resolução 02 de 24 de dezembro de 2019, reconheceu da situação de vulnerabilidade por crise humanitária em todo território nacional para fins de cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência. O serviço possui disponibilidade de 300 vagas e, embora não seja um serviço restrito à população indígena da etnia Warao, devido à sua presença majoritária, a CAAF foi organizada considerando as especificidades dessa população. Importante ressaltar que a quantidade elevada de vagas no serviço de acolhimento se dá em virtude da situação de emergência social vivenciada pelo fluxo migratório resultante de crise humanitária, cuja alta demanda impacta no território e traz necessidade de arranjos diferenciados para atendimento. Ainda, a configuração das famílias da etnia Warao, que se deslocam em grupos extensos e que manifestam desejo por permanecerem reunidos repercutiu na organização do serviço.



3. Contexto local

Santarém está localizada no caminho de uma rota fluvial importante entre Manaus e Belém. Em 2017, por ocasião da festividade do Círio de Nazaré, um grupo de indígenas Warao se estabeleceu no município e passou a ser acolhido localmente. Naquele primeiro momento, o espaço de acolhimento foi instalado nas dependências de uma escola municipal desativada. Entretanto, passados um ano e meio, o grupo fora transferido para um local maior e adaptado às especificidades da comunidade indígena Warao⁵.

Ainda como estratégia emergencial de atendimento, foi feita uma articulação entre diversos atores relevantes para a consolidação de um atendimento sensível à população indígena. Essa ação deu origem ao Comitê Municipal Intersetorial de Assistência Emergencial⁶.

A SEMTRAS recebeu os repasses emergenciais de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos anos de 2018, 2020, 2021 e 2022, para o atendimento de aproximadamente de 1.250 refugiados e migrantes.

4 Resolução nº 109 de 11/11/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados por níveis de complexidade do SUAS em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

5 ACNUR. I Relatório cidades solidárias Brasil: proteção e integração de pessoas refugiadas no plano local. Brasília, DF: ACNUR, 2022.

6 SANTARÉM (PA). Decreto Municipal nº 135, de 02 de abril de 2019 e Decreto Municipal nº 738, de 19 de março de 2021.





4. Número de beneficiários⁷



5. Objetivos

Objetivo Geral:

Garantir a oferta de acolhimento provisório para adultos/famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito em condições de extrema vulnerabilidade financeira, visando prestar um atendimento qualificado e adequado às exigências estabelecidas na tipificação nacional dos serviços de acolhimento.

Objetivos Específicos:

- Acolher e garantir proteção integral;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos;
- Restabelecer vínculos familiares e/ou sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária;
- Promover acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de direitos e às demais políticas públicas setoriais;
- Favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para que os indivíduos façam escolhas com autonomia;
- Promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público;
- Desenvolver condições para a independência e o autocuidado;
- Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.



6. Qual a estratégia de abrigamento/acolhimento

Abrigo Institucional para Adultos e Famílias – Emergencial/Provisório: A CAAF é um serviço de acolhimento que atende pessoas refugiadas e migrantes de diferentes nacionalidades, bem como brasileiros. Entretanto, atualmente, em sua maioria, são indígenas da etnia Warao.

⁷ Dados se referem a outubro de 2022, data de envio do relato revisado para a publicação.



7. Estrutura física do local de acolhimento (saneamento básico, espaços disponíveis)

Atualmente, a CAAF mantém suas instalações nas dependências de uma chácara na área urbana de Santarém. Dotado de uma estrutura de alvenaria, o local dispõe de dois barracões que funcionam no estilo de *redário*⁸ para acolhimento das famílias. A CAAF ainda oferece espaço seguro e com acessibilidade, banheiros e espaços de higiene pessoal separados por sexo e ambientes coletivos para lavagem de mãos, sala de jantar, espaço ao ar livre para lazer e esporte, lavanderia, cozinha, refeitório, quadra poliesportiva de areia, espaço de amamentação (*janoko*), sala para atendimento técnico e sala para aulas de ambientação escolar.

O espaço de acolhimento dispõe de serviços de saneamento básico que permitem o acesso à água potável e ao tratamento de esgotos, por meio de poço artesanal, água encanada e oferta de bebedouro industrial, assim como de banheiros com fossas sépticas.

Em relação às estratégias de segurança da comunidade assistida na CAAF, o local dispõe de portão principal, que conta com guarita e equipe de vigilância 24h, sendo um vigilante durante o dia e dois durante a noite, responsáveis pela segurança do espaço e dos acolhidos.



8. Promoção de segurança alimentar

O atendimento prevê a oferta de itens alimentícios culturalmente adaptados aos hábitos alimentares e selecionados de acordo com consulta prévia realizada junto à comunidade Warao. Mensalmente, o Mesa Brasil Sesc – Rede Nacional de Bancos de Alimentos – e o Programa Alimenta Brasil (PAB), programa do Governo Federal, colaboram com a CAAF por meio do envio de alimentos, como frutas, verduras, legumes, polpas de frutas, iogurtes, pães etc. Dentro da estratégia de gestão de alimentos, uma parte é distribuída entre os acolhidos, outra é administrada e preparada pela equipe de cozinha. Conta-se também com a parceria da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) na oferta de peixes, em respeito aos hábitos alimentares dos Warao, bem como da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), com apoio nutricional, oferta de palestras sobre alimentação saudável e de oficinas de reaproveitamento alimentar, de plantio e de colheita de horte e de verdura.

8 Espaços que contam com estruturas metálicas ou de madeira nas quais são penduradas redes de dormir.



9. Construindo respostas

No acolhimento institucional é realizado atendimento especializado por profissionais do Serviço Social, da Psicologia e da Pedagogia, de forma individualizada e multiprofissional. Por meio de uma escuta qualificada, é possível coletar informações para a produção de documentos e outros encaminhamentos cabíveis, dentre os quais destacam-se: emissão de documentos, cadastros em programas sociais e programas educacionais, como o Protocolo de refúgio, CPF, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho Profissional, carteira municipal e interestadual do idoso, além de inserção no Cadastro Único para acesso a programas e benefícios socioassistenciais, oficinas de geração de renda, cursos profissionalizantes etc. Esse tipo de atendimento prevê a elaboração de um plano individual ou familiar de atendimento, buscando contemplar ações para atender às necessidades identificadas e promover o desenvolvimento da autonomia e inclusão social.

A equipe planeja e executa atividades coletivas, a depender da ação com o apoio de parceiros, no âmbito social, psicológico e pedagógico, com o objetivo de realizar escuta prévia e diagnóstico de interesses da coletividade e, sobretudo, trabalhar a prevenção de diversos tipos de violações e de eventuais casos e enfermidades físicas e/ou psicológicas.

Periodicamente são ofertadas às famílias palestras voltadas para a educação financeira, oficinas geradoras de renda, como as de horticultura, artesanato, reciclagem e produção de temperos. Há, ainda, aulas de ambientação escolar dentro do abrigo institucional. Estas aulas são desenvolvidas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, a qual disponibiliza uma monitora educacional que desenvolve atividades com as crianças acolhidas entre três e seis anos antes que elas sejam inseridas na escola regular. Essas atividades são supervisionadas pela técnica de pedagogia, que, juntamente com a monitora, desenvolve atividades coletivas com as crianças, relacionadas a datas comemorativas e temas transversais, além do ensino de idiomas básicos, como o Warao, o português e o espanhol.

No âmbito da saúde, a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), juntamente com a Unidade Básica de Saúde (UBS) da área de abrangência do acolhimento, realiza, quinzenalmente, ações de prevenção contra diversas doenças. O objetivo é a melhoria da qualidade de vida de todos os acolhidos. Para tanto, a equipe técnica da CAAF também colabora com ações preventivas, incluindo o planejamento familiar, acompanhamento de puérperas e gestantes, bem como de recém-nascidos e idosos.

Sob a Gestão da SEMTRAS, anualmente é realizado um processo de planejamento do serviço, o qual, a depender das necessidades emergenciais, pode ser alterado antes mesmo da previsão. O planejamento está organizado em quatro (04) eixos específicos de trabalho: *Justiça, Cidadania*



Brasileira e Direitos Humanos; Saúde e Higiene; Educação, Arte, Ludicidade, Esporte e Lazer; Oficinas de Geração de Renda e Educação Financeira.

O objetivo da metodologia de trabalho é mitigar violações de direitos e seus agravamentos ou reincidências, reduzir a presença de pessoas em situação de rua e de abandono, ofertar proteção social a indivíduos e famílias, oportunizar a construção da autonomia, bem como incluí-las em serviços e garantir o acesso a oportunidades no âmbito do trabalho, emprego e renda. A equipe de referência realiza ações voltadas para a troca de experiências culturais, a fim de se preservar a cultura, os costumes, tradições e diversidades.



10. Equipe responsável pelo atendimento do público beneficiário

A equipe de referência na CAAF é composta por 02 coordenações multidisciplinares, com profissionais do Serviço Social e Psicologia; 01 agente administrativo; 02 assistentes sociais; 01 psicóloga; 01 pedagoga; 10 técnicos especializados/cuidadores sociais; 06 vigilantes; 05 auxiliares de conservação; e 02 motoristas.

De acordo com a metodologia de trabalho, a equipe realiza articulação intersetorial para favorecer e para promover o acesso à cidadania, à saúde, à educação, à rede socioassistencial, aos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais. Nesse sentido, pretende-se garantir a proteção comunitária, bem como prevenir o agravamento de situações de negligência, de violência e de ruptura de vínculos familiares. O trabalho da equipe de atendimento também tem o objetivo de favorecer o surgimento e o desenvolvimento de aptidões, capacidades, oportunidades e autonomia financeira

A equipe da CAAF recebe treinamento regularmente. Os temas abordados dizem respeito à proteção e ao atendimento da comunidade indígena refugiada e migrante. Do mesmo modo, as equipes de referência das Secretarias de Educação e Saúde têm participado de capacitações e eventos, como a Formação sobre Migração e Refúgio aos Municípios do Estado do Pará; Formação em Cosmóvisão Warao; Workshop Nacional de Boas Práticas voltadas às Populações Indígenas Venezuelanas no Brasil; Fortalecimento da Rede Socioassistencial em atenção aos imigrantes no Município de Santarém (PA). Essas capacitações têm o intuito de aprimorar e dialogar com a rede de serviços sobre o fluxo de encaminhamentos, ampliando o conhecimento dos servidores que trabalham na atenção e na assistência direta, possibilitando que o público-alvo receba um atendimento mais qualificado.



11. Plano de Atendimento Individual (PIA), Acordo de Convivência, Mediação de Conflitos

O processo de acolhimento na CAAF é realizado por técnicos responsáveis, de acordo com as diretrizes de Plano de Atendimento Individual (PIA)⁹, preservando-se a intimidade e as informações da pessoa atendida. Por meio de entrevista com a pessoa e/ou família a ser assistida, são coletadas informações pessoais, bem como a respeito do perfil profissional, regularização migratória, saúde, educação etc. As informações levantadas são arquivadas com a cópia de documentos, quando apresentados. Com essa estratégia de acolhimento, a equipe de referência realiza um diagnóstico preliminar sobre a família, bem como elabora um cronograma de necessidades emergenciais para a realização dos atendimentos, conforme as urgências apresentadas.

O Acordo de convivência foi construído juntamente com o público acolhido, através de rodas de conversa que garantem a escuta prévia da comunidade indígena refugiada e migrante. Ainda no âmbito da manutenção da convivência pacífica e saudável na CAAF, o Regimento Interno está sendo construído em acordo e em parceria com a comunidade assistida.

Em relação às mediações de conflitos, estas são realizadas continuamente através de diálogos, sempre pautados na Constituição Federal brasileira, na Lei de Refúgio (Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997), bem como em jurisprudência nacional e internacional de proteção indígena, no Acordo de Convivência instituído e nas especificidades socioculturais dos Warao.

⁹ De acordo com a Resolução nº 109/2009 - Tipificação dos Serviços Socioassistenciais - o PIA é apontado como instrumento necessário para a operacionalização dos serviços socioassistenciais, devendo ser utilizado em serviços de acolhimento Institucional, dentre eles a modalidade Abrigo Institucional.





12. Sustentabilidade

A gestão municipal pretende continuar ofertando o serviço de acolhimento. Mas, além disso, tem pensado em formas de inseri-los nas políticas públicas vigentes e criar outras novas voltadas para esse público, com vista à autonomia de cada família acolhida no espaço. Na parte habitacional, por exemplo, contribuir para que eles possam ter acesso aos programas do governo federal e futuramente ter sua própria residência.

13. Intersectorialidade

A fim de aprimorar e alinhar os trabalhos relacionados ao refúgio e à migração no município, sobretudo em prol da comunidade indígena da etnia Warao, foi criado o Comitê Municipal Intersectorial de Assistência Emergencial¹⁰, constituído pelos seguintes representantes: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTRAS), Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA), Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAP) e Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SEMURB). Outros representantes de instituições internacionais e da sociedade civil também compõem o pleno do Comitê, sendo eles: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundação Nacional do Índio (Funai), Defensoria Pública da União (DPU), Conselho Municipal de Assistência Social de Santarém (CMASS).

A estratégia para a garantia de direitos da comunidade assistida e a manutenção da CAAF são divididas entre os membros do Comitê, conforme suas atribuições. Assim, cabe à Secretaria Municipal de Saúde os atendimentos de saúde e ações quinzenais na CAAF; à Secretaria Municipal de Educação, o suporte para as crianças e os adolescentes participantes do projeto de ambientação escolar e inserção na escola regular; à Secretaria Municipal de Infraestrutura é responsável pela realização de limpeza e manutenção dentro do espaço físico da CAAF; e a Secretaria Municipal de Urbanização realiza a limpeza na área externa do acolhimento.

Conta-se também com o apoio e a parceria de outras instituições que colaboram em diferentes frentes, tais como:

- Instituto de Desenvolvimento Humano e Social Beija Flor: desenvolvimento de ações e palestras, voltadas para o combate ao uso abusivo de álcool e outras drogas;
- Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA): apoio nutricional e oferta de oficinas de reaproveitamento alimentar, oficina de plantio e colheita de horte de verdura;

10 SANTARÉM (PA). Decreto Municipal nº 135, de 02 de abril de 2019 e Decreto Municipal nº 738, de 19 de março de 2021.



- Empresas e Distribuidoras de alimentos/mercados: doação de biscoitos, multimisturas, panetones, etc.
- Barbearias: corte de cabelo (quinzenalmente) para os acolhidos;
- Programa Mesa Brasil: doação mensal de alimentação como frutas, verduras e iogurte;
- Serviço Social do Comércio (SESC): Palestras sobre saúde para os acolhidos (bimestralmente).
- Universidades: Universidade da Amazônia (UNAMA) e Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES): atendimento clínico odontológico.
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (COMDCA);
- Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
- Ministério Público do Trabalho (MPT);
- Defensoria Pública da União (DPU);
- Agências internacionais da ONU: ACNUR, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização da ONU para Migrações (OIM).



14. Monitoramento

A realização de monitoramento ocorre de maneira continuada, através de visitas *in loco* e por meio da elaboração de relatórios técnicos, que permitem a identificação de diferentes desafios, bem como a construção de estratégias de solução.



15. Desafios

Um dos grandes desafios encontrados no acolhimento das famílias indígenas refugiadas e migrantes tem sido o estabelecimento de estratégias de saída dos abrigos. Mesmo com o apoio da rede de atendimento, é difícil vislumbrar a saída segura e autônoma dos acolhidos. Vale considerar, ainda, que os obstáculos não são somente de ordem financeira, mas envolvem questões linguísticas, culturais e educacionais.



16. Aprendizados – Ação-Reflexão-Ação

O processo de ambientação escolar contribuiu para a comunicação com a população Warao acolhida. Essa ação era voltada para as crianças, no entanto, conforme elas avançavam no aprendizado da língua portuguesa, também colaboravam no diálogo com os adultos, que atualmente estão mais familiarizados com o idioma. Ademais, a iniciativa tem facilitado a participação na tomada de decisão e no desenvolvimento de vínculos entre a equipe e o público atendido. Conseqüentemente, foi possível implementar algumas ações, como o Acordo de Convivência da CAAF e o Regimento Interno, instrumentos destinados a orientar os acolhidos e equipes, viado favorecer a convivência e a atenção às necessidades dos usuários em serviço de natureza coletiva, dentre outras atividades

A partir da perspectiva do fortalecimento da autonomia da comunidade indígena refugiada e migrante, tem sido desenvolvidas estratégias interculturais, a exemplo da inserção de crianças e adolescentes no ensino regular, da participação de adolescentes indígenas no Núcleo de Adolescentes de Santarém (NUCA), da participação de indígenas em fóruns e conferências municipais, do acesso a benefícios socioassistenciais, de oficinas geradoras de renda e atividades coletivas realizadas dentro do acolhimento.

No que diz respeito à mediação de conflitos, os Círculos de Construção de Paz possibilitam que a população Warao dialogue de forma segura dentro do espaço de acolhimento, levando-se em consideração a história, a cultura e a organização social, bem como as lideranças indígenas tradicionalmente constituídas (*aidamo*). Estas participam de reuniões e, em seguida, ajudam a difundir as informações em seus respectivos grupos familiares



Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) de Manaus (AM):

ESTRATÉGIA DE SAÍDA PARA ABRIGOS INDÍGENAS EM MANAUS



“ É necessário fortalecer e incentivar a autonomia das famílias indígenas refugiadas e migrantes dentro e externamente aos espaços de acolhimento institucional. Isso poderá contribuir para que exerçam plenamente a cidadania e sejam respeitados os direitos humanos, além de possibilitar uma convivência comunitária pacífica e autossustentável. ”

Equipe de apoio da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania de Manaus





1. Dados iniciais

Nome da instituição: Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) de Manaus, Amazonas.

Nome do Projeto: Estratégia de saída para Abrigos Indígenas em Manaus

Órgão(ões)/instituição(ões) responsável(eis): SEMASC/ Departamento de Proteção Social Especial.

Cidade e Estado: Manaus/Amazonas

Endereço: AV. Ayrão esquina com a Av. Ferreira Pena, s/nº, Centro, CEP.69.025-005.

E-mail institucional/responsável: anamariac441@gmail.com; Ana Maria Lima de Carvalho (Diretora do Departamento de Proteção Social Especial)



2. Breve Histórico

A SEMASC é o órgão responsável pela política de Assistência Social no município de Manaus (AM). Conforme a Política Nacional de Assistência Social, os alojamentos provisórios em contextos de emergência pública são unidades de acolhimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Esta modalidade é destinada aos indivíduos e famílias que vivenciam ou vivenciaram violações de direitos, com ou sem rompimento de vínculos familiares e que se encontram em situação de risco pessoal e/ou social, por decorrência de: maus-tratos físico e psíquico, abandono, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras violações que requerem acompanhamento especializado e continuado. Esta modalidade vem sendo desenvolvida no município voltada às famílias indígenas refugiadas e migrantes.

O município de Manaus solicitou e recebeu recurso emergencial do Ministério da Cidadania para o atendimento do referido público, conforme foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que por meio da Resolução nº 02 de 24 de dezembro de 2019, reconheceu a situação de vulnerabilidade por crise humanitária em todo território nacional para fins de cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência.



3. Contexto local

Em 2017, os técnicos da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC) e da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (SEMSA) iniciaram o processo de mapeamento das famílias indígenas Warao que se encontravam em situação de rua, nas proximidades da rodoviária da cidade. De acordo com relatos de alguns indígenas, eles vieram de ônibus desde a Venezuela, passando por Boa Vista (RR) até chegarem em Manaus (AM). Os custos das viagens foram arcados pelas próprias famílias, que pagaram, inclusive, as passagens das crianças. Informaram, ainda, que em seus territórios originários, exerciam atividades no ramo da agricultura, artesanato e pesca. Contudo, devido à grave situação política e econômica do país de origem, deslocaram-se para a cidade de Manaus com o objetivo de arrecadar alimentos, roupas, calçados e dinheiro, para, posteriormente, retornarem ao seu país.

Inicialmente, foram identificados pelas equipes 23 famílias e 82 indivíduos, que se encontravam dormindo em barracas e coberturas de lonas na área externa da rodoviária, nos bairros Educandos e Centro. Os Warao salientaram que para sobreviver na cidade articulavam-se através da prática de pedir dinheiro e doações nas ruas e por meio da venda de artesanatos. Ambas as atividades eram exercidas por mulheres e crianças.

Registra-se que, desde o início das atividades de mapeamento, a SEMASC participou de diversas ações realizadas conjuntamente com a SEMSA e a SEJUSC, com o objetivo de ofertar o atendimento adequado e qualificado às famílias Warao. Dentre as atividades realizadas em parceria com os órgãos mencionados, destacam-se: busca ativa e a localização das famílias que se evadiram dos locais de tratamento de saúde; realização de Oficina de Sensibilização da Cultura Warao; distribuição de sopas; apoio logístico de transporte; atendimentos sociais.

A SEMASC recebeu os repasses emergenciais de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos anos de 2018, 2020 e 2021, para o atendimento de aproximadamente de 1.480 refugiados e migrantes.

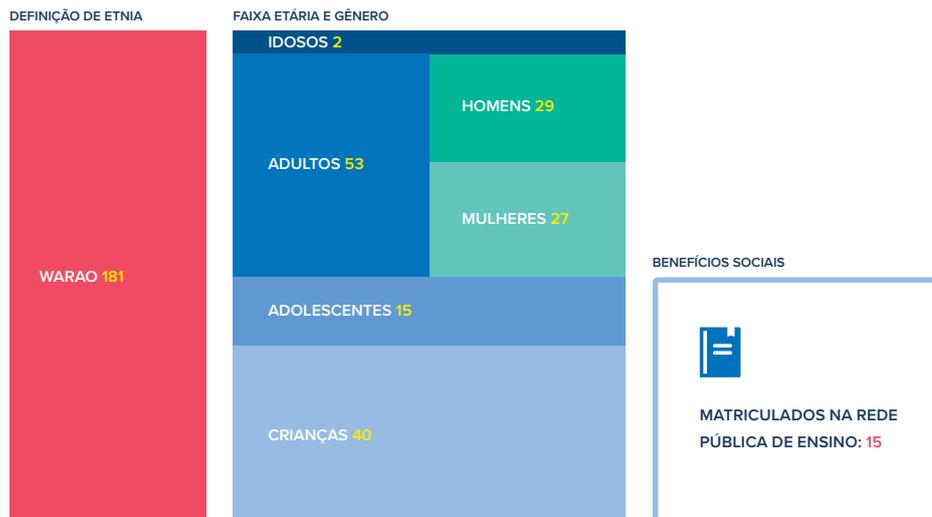




4. Número de beneficiários¹¹

Atualmente, a SEMASC acolhe 35 famílias de indígenas refugiados e migrantes, 30 delas recebem o Auxílio Brasil do Governo Federal e 16 recebem o Auxílio Estadual Permanente. O grande número de beneficiários de programas de transferência de renda nas instituições de acolhimento deve-se ao acompanhamento das equipes técnicas em articulação com a rede socioassistencial, saúde e educação, garantindo renda às famílias em vulnerabilidade social.

Ainda no âmbito de atividades de incentivo à geração de autonomia financeira, 06 famílias participam do Projeto A Casa Museu, projeto em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que oferece cursos de aperfeiçoamento na área de artesanato, desde o manuseio até a comercialização das peças, voltado às mulheres indígenas.



5. Objetivos

Objetivo Geral:

Promover o acolhimento provisório e a autossuficiência, segurança e autonomia para o desligamento sustentável de indígenas refugiados e migrantes abrigados nos Acolhimentos Emergências. As estratégias de saída são realizadas intersectorialmente entre diversas políticas públicas que promovem o acesso à documentação, à empregabilidade, à educação, à saúde e à assistência social, buscando potencializar a integração local dos beneficiários.

Objetivos Específicos:

- Promover o protagonismo de indígenas refugiados e migrantes da etnia Warao;
- Articular com as demais políticas públicas, instituições da sociedade civil e organismos internacionais o atendimento das necessidades básicas da população refugiada e migrante;
- Identificar as famílias aptas ao processo de saída das casas de acolhimento provisório nos abrigos Alfredo Nascimento e Tarumã;
- Sensibilizar as famílias indígenas Warao e apoiar o processo de saída das casas de acolhimentos por meio de ações intersectoriais;
- Acompanhar as famílias através dos demais serviços socioassistenciais da SEMASC.



6. Estratégia de acolhimento e de saída dos abrigos

Alojamentos Provisórios

No município de Manaus, sob a gestão da SEMASC, o acolhimento das famílias indígenas refugiadas e migrantes se dá de forma emergencial, por meio de abrigos provisórios, com estadia de até 180 dias, período durante o qual são ofertadas diversas orientações e apoios para a integração

¹¹ Dados se referem a outubro de 2022, data de envio do relato revisado para a publicação.



na comunidade local. Em relação à estratégia de saída, esta tem o objetivo de fortalecer as potencialidades das famílias mediante um conjunto articulado de esforços intersetoriais entre todos os entes federativos. Soma-se a isso os esforços de parceiros, da sociedade civil, iniciativas privadas e agências da ONU.

O apoio financeiro ofertado às famílias pode ser dividido em dois momentos. Inicialmente, aquelas famílias que auferem um total de R\$ 1.100,00 reais em rendimentos (o que inclui os valores dos programas de transferências de renda) estão aptas a participarem do Programa do Fluxo de Estratégia de Saída. Com o aporte do ACNUR e da Cáritas Arquidiocesana de Manaus, essas famílias recebem o Auxílio Aluguel, que varia de R\$850,00 a R\$1.200,00, durante três meses, sendo acompanhadas durante um ano e seis meses.

Em um segundo momento, após o término desse auxílio, as famílias são incluídas no Projeto Passaporte para Acesso à Cidadania, coordenado pela SEMASC, por meio do qual recebem uma bolsa de aproximadamente R\$ 700,00. Esse projeto tem como prerrogativa a realização de atividades laborais com carga horária de 80 horas mensais, em um nos diversos equipamentos socioassistenciais da Prefeitura de Manaus, em articulação com as políticas relacionadas a trabalho, renda e assistência social do município. Além disso, em parceria com o ACNUR, durante todo o período do projeto de estratégia de saída, as famílias recebem kits de higiene e limpeza.

O processo de saída das famílias dos espaços de acolhimento é monitorado por uma equipe psicossocial, que conta com assistente social e psicólogo. Estes profissionais acompanham a transição para o desligamento sustentável, principalmente junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), instituições educacionais e de saúde, bem como para acesso ao emprego e à renda.

Até o momento, mais de 30 famílias indígenas refugiadas e migrantes foram beneficiadas pelo Programa do Fluxo de Estratégia de Saída. A meta é que o Projeto insira outras 15 pessoas, até dezembro de 2022.



7. Estrutura física do local de atendimento

O espaço de acolhimento encontra-se em uma área urbana, obedecendo as normativas previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009). A infraestrutura, que conta com o fornecimento de água e energia elétrica regular, foi adaptada para atender aos indígenas refugiados e migrantes da etnia Warao. Seguindo o preceito de territorialidade¹², tão relevante para a política de Assistência Social, nas imediações dessas unidades de acolhimento provisório há a presença de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) referenciados, escolas públicas municipal e estadual, Unidades Básicas de Saúde (UBS).

¹² A territorialização é um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS, sendo um dos princípios da proteção social da Assistência Social. “O princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.” (BRASIL, 2005)



8. Segurança Alimentar

A SEMASC, por meio dos acolhimentos emergenciais, viabiliza alimentação preparada para os acolhidos, com café da manhã, almoço e janta, além de cozinhas comunitárias para uso da comunidade assistida, instaladas em parceria com o ACNUR. O cardápio é elaborado mediante a formação de comitês internos que tratam de questões relacionadas à alimentação da comunidade indígena. Com isso, busca-se soluções que levam em consideração a autonomia das famílias, as especificidades socioculturais da etnia Warao, bem como os nutrientes necessários à segurança alimentar. O objetivo dessas ações é mitigar quadros de insegurança alimentar, desnutrição, desidratação, anemia falciforme etc. Isso porque, ao serem acolhidas, as famílias, em sua maioria, apresentam quadros de desnutrição e anemia. No entanto, após um período de acompanhamento no abrigo, tem ocorrido uma melhora expressiva no quadro de saúde nutricional.



9. Construindo respostas

O serviço de acolhimento provisório atende indígenas Warao ininterruptamente. De segunda a domingo, são ofertados serviços de atendimento psicossocial, médico e de triagem, assim como alimentação diária (café, almoço e janta), distribuição de kits de higiene pessoal e de limpeza, dentre outras atividades.

No que diz respeito à metodologia de trabalho com os acolhidos, são realizadas rodas de conversas, ação de saúde, orientação sobre benefícios socioassistenciais, articulação com a rede socioassistencial, intersectorial e elaboração de relatórios.

Ao oferecer acolhimento institucional, pretende-se proporcionar melhores condições de vida para os acolhidos, garantindo os direitos básicos e a inclusão na rede de atendimento, conforme demandas. Visa-se, assim, à diminuição das situações de vulnerabilidade socioeconômica, que podem estar relacionadas, dentre outros fatores, à exploração sexual, ao uso abusivo de álcool e outras drogas, à violência urbana, aos problemas de saúde pública, à prática de pedir dinheiro nas ruas etc.



10. Equipe responsável pelo atendimento do público beneficiário

Em parceria com a ACNUR, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Internacional para Migrações (OIM), o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), as equipes técnicas dos abrigos já realizaram trocas de experiência com o propósito de fomentar a compreensão das questões migratórias, assim como das especificidades socioculturais da população indígena Warao.

Dentro desse contexto, o ACNUR realizou a oficina Introdução ao Atendimento a Refugiados e Migrantes. Essa atividade teve como objetivo orientar a equipe técnica para o atendimento *in loco* da população indígena, além de sensibilizar outros atores da rede de proteção e dos equipamentos socioassistenciais.

A experiência da equipe técnica adquirida no decorrer de dois anos dentro dos abrigos indígenas e as orientações e recomendações de instituições como o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual (MPE) e a Defensoria Pública Estadual (DPE) contribuíram para o aprimoramento do trabalho desempenhado pelos profissionais que atuam com indígenas refugiados e migrantes.

Composição de Equipes – Abrigo Indígena Warao

Número de profissionais	Cargo	Turno
01	Coordenadora	Integral
02	Assistente Social	Matutino
01	Assistente Social	Vespertino
02	Assistentes Sociais	Plantonistas
01	Psicóloga	Integral
01	Psicóloga	Diurna
02	Cuidador Social	Noturno
02	Assistentes Sociais	Diurno
01	Assistente Social	Matutino



11. Participação da população beneficiária

A equipe técnica dos abrigos realiza rodas de conversa com os acolhidos para que as rotinas diárias sejam feitas de forma colaborativa e participativa, preparando-os para a saída sustentável e responsável dos abrigos, assim como para a convivência comunitária.

Uma das estratégias utilizadas para garantir a participação da comunidade e realizar escuta ativa tem sido a criação de comitês. Esses atuam dentro dos espaços de acolhimento, por meio de rodas de conversa e são divididos por temáticas: alimentação, saúde, esporte/lazer e segurança.

Quanto aos acordos de convivência, esses são feitos através de reuniões e são registradas em atas.

Quanto às estratégias de mediação de conflitos, estas são realizadas com o apoio dos representantes dos comitês e de organizações parcerias, como o ACNUR, o UNICEF e o UNFPA, assim como de outros atores que executam atividades dentro dos abrigos.



12. Sustentabilidade

O município de Manaus possui previsão orçamentária assegurada nos planos municipais aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e garantida pelo tesouro municipal, para o Projeto Passaporte para Acesso à Cidadania, que desempenha ações e serviços de proteção social de média e alta complexidade, sendo incluídos neste projeto a comunidade indígena Warao¹³.

O projeto de estratégia de saída para cada família possui duração de dois anos, compreendendo 180 dias de acompanhamento das famílias nos acolhimentos institucionais. Posteriormente, há o acompanhamento pelo Fluxo de Estratégia de Saída das famílias, que tem uma duração de um ano e seis meses. Vale lembrar que este prazo é flexível, pois depende de algumas variáveis relacionadas ao processo de autonomia dos indígenas refugiados e migrantes, como acesso a benefícios sociais, faixa-etária, empregabilidade etc.



13. Intersectorialidade

O Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias atua em articulação com as políticas públicas municipais e estaduais, Governo Federal, Agências da ONU e outros. Porém, é notável a necessidade de fortalecimento de parcerias que possibilitem outras ações voltadas à população acolhida. Segue abaixo um quadro que ilustra algumas das parcerias estabelecidas e ações que vem sendo desenvolvidas a partir destes apoios:

13 Decreto Municipal Nº 0392, de 30 de novembro de 2009.





QUADRO DE PARCERIAS		
NOME	TIPO DE PARCERIA	CONTRAPARTIDA
ACNUR / OIM/ UNICEF	Mobiliário para instalação das cozinhas comunitárias nos Acolhimentos.	Espaço, mantimentos e recursos humanos para as cozinhas.
Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer de Manaus - SEMJEL	Equipe SEMJEL para realização de atividades físicas e esportivas com acolhidos.	Espaço para utilização.
Secretaria Municipal de Educação de Manaus - SEMED	Educação infantil; Educação para Jovens e Adultos.	Escolas da Rede Municipal de Manaus.
Secretaria Municipal de Saúde de Manaus - SEMSA	Saúde mediante campanhas de vacinação <i>in loco</i> , atendimentos médicos e ambulatoriais, acesso à saúde bucal com orientações de higiene bucal, e etc.	UBS e Policlínicas Municipais.
INSTITUTO MANA – organização da sociedade civil	Doações de material esportivo.	Espaço para utilização.
HORTO MUNICIPAL de Manaus	Distribuição de mudas e oficinas de jardinagem e cultivo de hortas.	Espaço para utilização.
Organização VISÃO MUNDIAL	Oficinas de Empreendedorismo e Educação Financeira.	Espaço para utilização.
CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE MANAUS	Aluguel social para fluxo de saída do acolhimento.	Outros benefícios ofertados pela SEMASC e ACNUR.
Secretaria Municipal de Limpeza Pública de Manaus- SEMULSP E Secretaria Municipal de Infraestrutura de Manaus - SEMINF	Asfaltamento das ruas de acesso ao acolhimento e limpeza geral do abrigo.	Infraestrutura de acesso às unidades de acolhimento.



14. Monitoramento

A equipe de gestão da SEMASC acompanha as atividades desenvolvidas através de visitas técnicas, reuniões com as equipes e orientações quanto ao alcance de metas, apoio na elaboração de diagnóstico, relatórios, pesquisas, consolidação e análises de registros administrativos. Ademais oferta de meios que possibilitem a identificação do alcance das metas em relação aos objetivos propostos.





15. Desafios

Um dos desafios enfrentados pelas equipes refere-se às barreiras linguísticas. A maior parte dessas famílias se comunica pela própria língua Warao, muitos falam espanhol e apenas alguns têm o domínio da língua portuguesa. Em função disso, os profissionais das redes de assistência social, ensino e saúde comunicavam-se com a essa população por meio de gestos e até mesmo mímicas, o que impossibilitava a construção de vínculos.

Outro desafio diz respeito ao uso abusivo de álcool e outras drogas dentro do espaço de acolhimento. Independentemente da realização de reuniões, encaminhamentos para a rede de saúde, acompanhamentos junto à família, conversas sobre o Regimento Interno que proíbe o uso de tais substâncias dentro do abrigo, ainda há a ocorrência de casos que exigem uma maior atenção das equipes. Estas têm a responsabilidade de aplicar as medidas previstas no Regimento Interno, quando as regras não são cumpridas. Mas, além da aplicação de tais medidas, são realizadas reuniões, escutas psicossociais e orientações, com vistas à boa convivência dentro do abrigo. Este ponto, coloca a necessidade de aproximação e atuação integrada com a política de saúde e, de forma mais específica, com a área de saúde mental.

Além disso, um dos grandes desafios são os casos de violência baseada em gênero contra mulheres. No combate e na prevenção desse tipo de violação, a equipe técnica adota as seguintes medidas: atendimentos psicossociais, atendimentos individuais e, quando necessário, registro de boletim de ocorrência na delegacia, aplicação de advertência e desligamento.

Por fim, apesar dos aportes municipais e federais destinados ao acolhimento emergencial, voltados a pessoas refugiadas e migrantes oriundos de fluxos migratórios em decorrência de crise humanitária, é necessário que mais recursos sejam disponibilizados. Isso porque, no âmbito do SUAS, os serviços prestados a essa população têm exigido ações com alto nível de complexidade que repercutem em elevado custo.



16. Aprendizados – Ação-Reflexão-Ação

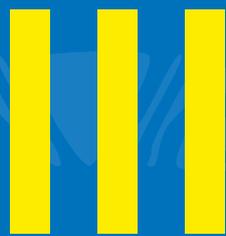
Observa-se que durante o deslocamento dessa população, até a chegada no território brasileiro, são inúmeros os obstáculos: acesso à moradia, à alimentação adequada, à renda, à educação, além de sofrerem outras violações de direitos, o que agrava a vulnerabilidade social desses indivíduos e suas famílias.

Ainda em relação a essa população, a perda de bens materiais vem acompanhada do medo, angústia, irritabilidade, o que dificulta a adaptação e aceitação na comunidade local.

A xenofobia e a dificuldade de manter os vínculos familiares e comunitários no novo território dificultam a permanência das famílias Warao em uma única localidade.

Além disso, para que sejam garantidos os direitos dessa população, é fundamental o compartilhamento de responsabilidade entre os atores envolvidos, bem como o estabelecimento de parcerias entre entes federativos, agências da ONU e órgãos fiscalizadores. Essa articulação é fundamental para o oferecimento de um atendimento digno e humanitário.





PROTEÇÃO COMUNITÁRIA



Prefeitura Municipal de Ananindeua (PA):

CONSTRUINDO CIDADANIA DA POPULAÇÃO WARAO EM ANANINDEUA



“ Os serviços ofertados à população indígena refugiada e migrante requerem respeito as suas diversidades culturais, sendo necessário que os entes públicos e membros da sociedade civil fomentem e adotem boas práticas de participação social e empoderamento dessa comunidade na efetivação de seus direitos. ”

Equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Ananindeua





1. Dados iniciais

Nome da instituição: Prefeitura Municipal de Ananindeua

Nome do Projeto: Construindo Cidadania da População Warao em Ananindeua.

Órgão(ões)/instituição(ões) responsável(eis): Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (SEMCAT); Secretaria Municipal de Saúde (SESAU); Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC); Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura (SESAN) e Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

Cidade e Estado: Ananindeua/PA

Endereço: BR-316, 1515 – Centro

E-mail institucional/responsável: marisalima23@hotmail.com – Secretária Marisa Lima.



2. Breve Histórico

O município de Ananindeua está localizado na região metropolitana de Belém, estado do Pará. Desde 2020, indígenas da etnia Warao, oriundos da Venezuela, se estabeleceram na cidade. O fluxo migratório dessa população teve início a partir de um movimento voluntário de duas famílias, que residiam no espaço do Núcleo de Atendimento ao Migrante e Refugiado em Belém, mas decidiram se mudar para Ananindeua.

Diante da chegada e do estabelecimento dessa população, sobretudo nos bairros do Distrito Industrial, Curuçambá e Levilândia, a Prefeitura Municipal deu início a respostas emergenciais, especialmente no âmbito da Assistência Social. Gradativamente, foram estruturadas ações para além de respostas emergenciais, tais como: a instalação da Escola Multietária, para crianças e adolescentes indígenas Warao e a criação do Comitê Intersetorial Municipal de Acolhimento e Atenção à População Indígena Warao. O Comitê busca garantir o acesso aos serviços ofertados pelas políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação e Saneamento, além das demais políticas sociais. Em função disso, a pauta dos indígenas refugiados e migrantes tem sido incorporada na agenda da gestão pública municipal.

O município de Ananindeua solicitou e recebeu recurso emergencial do Ministério da Cidadania para o atendimento do referido público, conforme foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que por meio da Resolução nº 02 de 24 de dezembro de 2019, reconheceu da situação de vulnerabilidade por crise humanitária em todo território nacional para fins de cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência.



3. Contexto local

Conforme dados de 2022, 65 famílias indígenas Warao, totalizando 252 pessoas, entre crianças, adolescentes, adultos e idosos, vivem em Ananindeua. Estima-se que a sua maioria vive no bairro Curuçambá, localizado às margens do Rio Maguari, onde residem 33 famílias.

Dois outros bairros de Ananindeua são espaços de moradia para a comunidade Warao: Distrito Industrial, com 16 famílias que residem em casas alugadas pelos próprios indígenas e Levilândia, com outras 16 famílias, que a princípio, viviam em uma única casa, mas hoje se encontram em três habitações distintas.

Em resposta à situação de vulnerabilidade socioeconômica das famílias indígenas Warao, mensalmente, 270 pessoas são atendidas no âmbito da assistência social. Além disso, 107 crianças e adolescentes ingressaram na Educação Infantil e no Ensino Fundamental garantindo o direito à educação.

A SEMCAT recebeu o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais no ano de 2022, para o atendimento de aproximadamente de 270 refugiados e migrantes.





4. Número de beneficiários¹⁴

No âmbito da Assistência Social, as famílias indígenas Warao são acompanhadas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a partir de ações continuadas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF). Para tanto, são utilizados os seguintes instrumentais técnicos: observação, entrevista, escuta qualificada, oficinas com famílias, visitas domiciliares, busca ativa e atendimento individualizado. Assim, o acompanhamento familiar promove o acesso a programas, serviços e benefícios sociais, tais como: Programa Criança Feliz e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Auxílio Brasil; e Programa ACESSUAS Trabalho, que promove oficinas voltadas ao mundo do trabalho emprego e renda.



5. Objetivos

Objetivo Geral

Planejar e implementar respostas de proteção por meio de programas, projetos e ações que garantam o protagonismo da comunidade indígena refugiada e migrante, no acesso a direitos, à cidadania, às políticas sociais e à autonomia financeira.

Objetivos Específicos:

- Implementar respostas de proteção por meio de programas, projetos e ações que garantam o protagonismo da comunidade indígena refugiada e migrante;
- Proporcionar a inclusão nos serviços da assistência social, saúde e educação;
- Garantir a moradia digna para indígenas refugiados e migrantes;
- Estabelecer parcerias para a qualificação profissional e o acesso ao mercado de trabalho.



6. Construindo Respostas

- Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (SEMCAT): contratação de um indígena Warao para atuação como intérprete e mediador cultural em diferentes áreas da secretaria; realização de atendimentos domiciliares pelo CRAS de referência; concessão de apoio alimentar¹⁵ de acordo com os hábitos culturais alimentares, além de distribuição de lanches durante as atividades; cursos de qualificação profissional em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Sistema Nacional de Empregos (SINE), nas áreas de corte costura, de olericultura (hortaliças); identificação e sensibilização de beneficiários; desenvolvimento de habilidades pessoais e orientação para o mundo do trabalho; acesso às oportunidades; e monitoramento do percurso no mundo do trabalho.

¹⁴ Dados se referem a outubro de 2022, data de envio do relato revisado para a publicação.

¹⁵ Benefício eventual previsto pelo Sistema Único de Assistência Social.

- Secretaria Municipal de Saúde (SESAU): além da integração das famílias indígenas refugiadas e migrantes à rede socioassistencial, há a promoção de inclusão à rede de saúde pública, por meio do referenciamento e acompanhamento feito pelas Equipe de Saúde Familiar (ESF), de acordo com os domicílios. Em 2021, foi criado no âmbito da SESAU a Coordenação de Políticas de Saúde para Povos e Comunidades Tradicionais.
- Secretaria Municipal de Educação (SEMED): A partir de diálogos estabelecidos com a comunidade Warao, por meio do Movimento Educa Ananindeua, articulou-se a organização da Educação Escolar Indígenas Warao, projeto pedagógico que considera as necessidades e interesses indicados pela própria comunidade. Trata-se de um modelo de ensino baseado em uma escola multietária na qual questões identitárias e culturais dialogam com as perspectivas das comunidades de acolhida. A maioria dos alunos Warao, de dois anos até a educação de jovens e adultos, enturmam-se com alunos não indígenas da mesma faixa etária, sejam eles estudantes de condutas neuro típicas ou neuro atípicas. Os profissionais que atuam nesse projeto (quatro professores regentes e quatro auxiliares Warao) estão em formação continuada para qualificar a concepção e implementação do ensino multietário indígena. Além disso, foram selecionados, pela Coordenadoria de Gestão Pedagógica da SEMED, quatro educadores auxiliares indígenas da etnia Warao, que desempenham o papel de interlocutores na construção do diálogo intercultural.
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC): Realização pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o projeto “Povos das Águas: trabalho, participação e meios de vida”, destinado a indígenas refugiados e migrantes que vivem em Ananindeua. Essa iniciativa possibilitou o levantamento do perfil laboral da população. Dentre as atividades mais comuns, destacam-se o artesanato, a agricultura e a pesca. A partir desse diagnóstico, a secretaria tem buscado parceria com a iniciativa privada para contratação de indígenas Warao.
- Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura (SESAN): Previsão de elaboração de projeto e construção de 30 casas de moradias para comunidade indígena Warao, com área destinada à agricultura familiar. As moradias terão as seguintes características: casa térrea (dois quartos/sala/cozinha/banheiro), terreno com área de 20x50m. Além do abastecimento de água (caixa d’água) e instalações elétrica e hidráulica.



7 • Equipes responsáveis pelo atendimento ao público beneficiário

A prefeitura municipal de Ananindeua, preocupada em aprimorar os serviços ofertados à população indígena refugiada e migrante da etnia Warao, conta atualmente com os seguintes profissionais:

- Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (SEMCAT): A partir dos CRAS que atendem os bairros de Curuçambá, de Daniel Reis e do Distrito Industrial: 01 Coordenador Técnico, 04 técnicos municipais do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), 02 Orientadores Sociais do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), 02 Visitadores do Programa Criança Feliz (PCF) e 01 Intérprete da etnia Warao.





- Secretaria Municipal de Saúde (SESAU): A partir das UBS de Curuçambá Rural, de Levilândia e a Unidade da Família do Distrito Indústria: 01 Coordenador Técnico de Políticas de Saúde para Povos e Comunidades Tradicionais, 01 Coordenador Técnico de Saúde do Idoso/ Humanização, 03 Médicos (Clínicos geral), 01 Nutricionista, 03 Enfermeiros, 03 Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), bem como o Programa Consultório na Rua voltado ao atendimento de família em situação de vulnerabilidade social, composto por uma equipe multiprofissional de 02 Médicos, 02 Enfermeiros, 01 Técnico de Enfermagem, 01 Técnico em Saúde Bucal, 01 Psicólogo, 01 Assistente Social, 01 Terapeuta ocupacional.
- Secretaria Municipal de Educação (SEMED): A partir das Unidades de Educação de Ensino Fundamental com os seguintes profissionais: 01 Coordenador Técnico de Educação para Povos e Comunidades Tradicionais, 03 Coordenadores Pedagógico, 03 Secretários Escolares, 09 professores do Ensino Fundamental I e II e Educação para Jovens e adultos, 04 Apoiadores Escolar da etnia Warao.

Os profissionais elencados acima participam das capacitações com temas relacionados a refugiados e migrantes, rodas de conversas e formações voltadas para a sensibilidade cultural, gênero, violência contra mulher e família, combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia, bem como para os direitos humanos. As capacitações são ofertadas a partir de articulações pela gestão do município com parceiros das esferas governamentais e não governamentais, tais como: ACNUR; Fundo das Nações Unidas para Infância e Adolescência (UNICEF); Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA); Defensoria Pública da União (DPE); Secretária estadual de Assistência Social Trabalho e Renda (SEASTER); Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), que, desde 2020, tem promovido capacitações continuadas aos servidores públicos de diferentes secretarias que atuam com a população de indígenas Warao.



8. Participação da população beneficiária

As ações intersectoriais para formulação de políticas públicas para a comunidade indígena Warao em Ananindeua garantem a participação efetiva da comunidade beneficiária, seja através de escuta atenta e sensível, seja por meio de rodas de conversas com as comunidades e os seus respectivos representantes. No caso da estruturação da escola indígena Warao, por exemplo, esta foi feita em conjunto com representantes indígenas que participaram do processo, desde a escolha do espaço para a escola até a indicação de integrantes da comunidade para serem contratados como educadores auxiliares. O município fomenta a participação da comunidade Warao na formulação de projetos e políticas públicas, no sentido de contribuir com a reparação de danos e com o combate às violações de direitos humanos.



9. Sustentabilidade

Por meio de ações de escuta, realizadas pelo Comitê Intersectorial Municipal de Acolhimento e Atenção à População Indígena Warao, foi possível constatar o interesse por parte da comunidade Warao em continuar residindo em Ananindeua. Nesse sentido, a gestão do município tem desenvolvido estratégias para dar continuidade às atividades de atendimento e acompanhamento, bem como avalia como necessário consolidar as estratégias e a divisão de responsabilidades entre os parceiros da rede. O município também vem se organizando na área habitacional, elaborando projeto para atender o público.

No Plano Plurianual (PPA) de Ananindeua (2022-2025/ Lei nº 3.194/2021) está previsto o atendimento aos indígenas da etnia Warao, a fim de se fortalecer ações de cidadania, de garantia de direitos e de Justiça Social.



10. Intersectorialidade

Em 2021, por meio do Decreto Municipal nº 147, foi criado o Comitê Intersectorial Municipal de Acolhimento e Atenção à População Indígena Warao (CIMAPIW), em resposta à consulta prévia realizada com os Warao.

O CIMAPIW, órgão de deliberação coletiva, é composto pelos seguintes membros: O Secretário da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho (SEMCAT), que o presidirá; 1 (um) membro representante do Gabinete do Prefeito; 1 (um) membro representante da Procuradoria Geral do Município; 1 (um) membro do Legislativo (da Comissão de Direitos Humanos); 1 (um) membro do Ministério Público Estadual; 1 (um) membro da Defensoria Pública do Estado; 1 (um) representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); 1 (um) representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); 3 (três) representantes da comunidade Warao; 1 (um) representante da Universidade Federal do Estado do Para (UFPA); 1 (um) representante de cada uma das Secretarias Municipais a seguir relacionadas: a) Secretaria de Saúde; b) Secretaria de Habitação; c) Secretaria de Educação; d) Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças; e) Secretaria de Segurança Pública e f) Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho.

Nesse processo, o município de Ananindeua vem dialogando intersetorialmente oferecendo acolhimento, acesso à educação, bem como a garantia de interlocução junto à gestão pública para a comunidade indígena Warao.



11. Monitoramento

O processo de monitoramento dos serviços e ações ocorre durante as reuniões trimestrais do Comitê Intersetorial, com apoio e acompanhamento da rede de proteção para refugiados e migrantes, tais como: Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA); ACNUR; UNICEF; Defensoria Pública da União (DPE) e gestão municipal. Busca-se com o monitoramento fomentar a melhoria do atendimento e a garantia de direitos fundamentais para a comunidade Warao.



12. Desafios

A comunicação entre a comunidade indígena Warao e os profissionais de atendimento foi um dos principais desafios vivenciados pelas diferentes secretarias do município. Uma das estratégias para diminuir o obstáculo de comunicação foi a contratação de intérpretes da própria comunidade Warao. Eles têm atuado em diferentes órgãos públicos, o que tem possibilitado a construção de relações de confiança entre as famílias atendidas e as equipes de trabalho.

Além disso, em função da dificuldade de se ofertar uma saúde diferenciada à comunidade indígena Warao, os profissionais de saúde às vezes têm que lidar com a recusa de alguns indígenas, os quais não querem seguir o tratamento biomédico prescrito, mesmo quando é necessária a internação em casos mais graves. Esse desafio tem sido vencido por meio de um diálogo permanente e intercultural. Outra estratégia positiva tem sido o Consultório Móvel, que conta com atendimento multiprofissional *in loco* nas comunidades (atendimentos médicos, psicossocial, enfermagem, vacinas e exames).



13. Aprendizados – Ação-Reflexão-Ação

A criação de um Comitê Intersetorial permitiu ao município de Ananindeua fomentar ações, planejamentos e estratégias de intervenção entre os diferentes atores participantes. Essa iniciativa tem possibilitado um atendimento intercultural junto aos indígenas refugiados e migrantes, considerando suas especificidades socioculturais, bem como apoiado ações que estimulem o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo dessa população.





Governo Estadual da Paraíba (PB):

IMPLEMENTAÇÃO DE SERVIÇO E FORTALECIMENTO DAS ARTICULAÇÕES INTERSETORIAIS NO ESTADO DA PARAÍBA PARA O ATENDIMENTO AOS INDÍGENAS REFUGIADOS E MIGRANTES DA ETNIA WARAO: DA CONJUNTURA EMERGENCIAL À PROTEÇÃO COMUNITÁRIA E BUSCA POR AUTONOMIA



“ A promoção de direitos e cidadania ocorre através da realização de um processo de escuta acerca da organização social, que compreende as diferenças culturais. É importante a sensibilização dos profissionais das redes/serviços para que seja respeitado o protagonismo Warao nas negociações e tomadas de decisão. ”

Equipe de apoio do Governo Estadual da Paraíba (PB):





1. Dados iniciais

Nome da instituição: Governo do Estado da Paraíba

Nome do Projeto: Implementação de Serviço e Fortalecimento das Articulações Intersetoriais no Estado da Paraíba para o Atendimento aos Indígenas Refugiados e Migrantes da Etnia Warao: Da Conjuntura Emergencial à Proteção Comunitária e Busca por Autonomia.

Órgão(ões)/instituição(ões) responsável(eis): Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH); Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH); Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Cidade e Estado: João Pessoa/Paraíba.

Endereço: SEDH: Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2501 – Bairro dos Estados CEP 58030-002 João Pessoa/PB – SEMDH: Rua Rodrigues de Aquino, 496 – Jaguaribe, João Pessoa/PB CEP: 58015-040 – SES: Avenida Dom Pedro II 1826 – Torre – cep: 58040-440

E-mail institucional/responsável: direitoshumanos.sedh@gmail.com



2. Breve Histórico

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) cumpre papel fundamental na execução e na gestão de políticas públicas com foco no desenvolvimento humano e na superação das desigualdades sociais, atuando em quatro grandes eixos: I) Política de Assistência Social II) Segurança Alimentar e Nutricional III) Economia Solidária e geração de trabalho, Emprego e Renda e IV) nos Direitos Humanos. A Secretaria é reconhecida no Estado pela execução de projetos e programas de impacto direto na vida da população, voltados, principalmente, às pessoas em situação de vulnerabilidade. Na esfera dos direitos humanos, são executados programas de proteção às pessoas ameaçadas de morte, ações de mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais; de erradicação do trabalho escravo e desaparecimento de pessoas, bem como ações para acesso à documentação básica, atuação com povos e comunidades tradicionais e com refugiados e migrantes.

A Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) tem a missão de propor, coordenar, articular e executar políticas públicas para as mulheres, população LGBTQIA+, população negra e comunidades tradicionais no âmbito do estado da Paraíba. Tendo por objetivo de promover a equidade e a igualdade para grupos populacionais historicamente excluídos e com dificuldade de acesso a bens sociais, direitos civis e políticos.

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) tem a missão de formular, coordenar e executar políticas públicas e programas de saúde para a efetivação das ações e serviços de forma regionalizada e integrada com as secretarias municipais de saúde no estado da Paraíba.

O estado da Paraíba solicitou e recebeu recurso emergencial do Ministério da Cidadania para o atendimento do referido público, conforme foi pactuado na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), que por meio da Resolução nº 02 de 24 de dezembro de 2019, reconheceu da situação de vulnerabilidade por crise humanitária em todo território nacional para fins de cofinanciamento federal do Serviço de Proteção em situações de Calamidade Pública e de Emergência.



3. Contexto local

Em João Pessoa (PB), pelos levantamentos realizados, o fluxo migratório de indígenas da etnia Warao ocorreu de forma autônoma e gradual, tendo sido iniciado em 2019. Primeiramente, em grupos menores, depois houve um aumento gradativo, até que entre 2021 e 2022, observou-se um aumento abrupto. O fluxo de indígenas Warao para o estado foi realizado de forma espontânea. Dessa forma, o deslocamento forçado não organizado trouxe desafios locais, devido à complexidade e ao caráter emergencial da situação dessas famílias. Além disso, diante desse cenário, não foi possível realizar um planejamento prévio para a inserção da população em políticas de proteção local ou em iniciativas da sociedade civil.

Em 2020, o acolhimento emergencial da população indígena refugiada e migrante ocorreu por meio de um convênio que a SEDH estabeleceu com a Ação Social Arquidiocesana (ASA) para a transferência de recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP). O objetivo da estratégia foi ofertar respostas emergenciais às necessidades do público-alvo em questão.





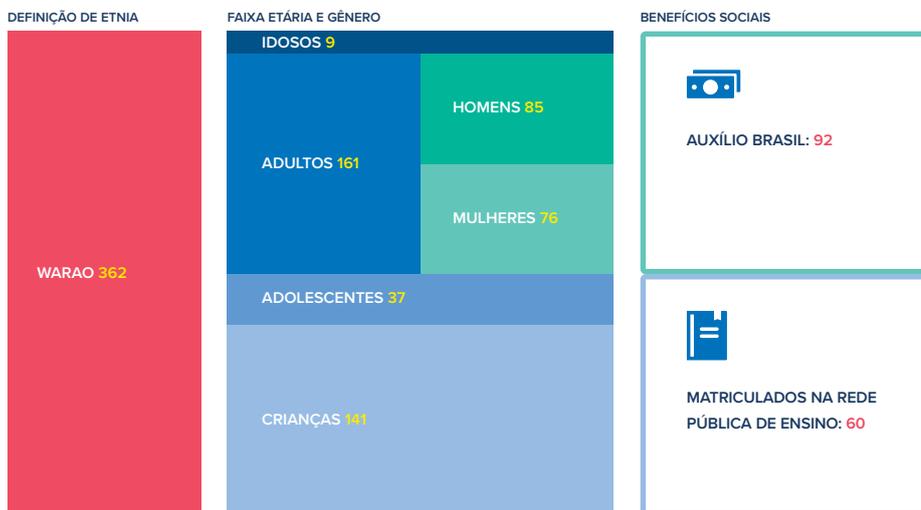
Atualmente, considera-se a ampliação das demandas e os desafios relacionados a recursos humanos, infraestrutura e orçamento. Além disso, no que diz respeito ao modelo de abrigo, é necessário considerar a dinâmica de deslocamento dos Warao, que pode gerar alta demanda espontânea e, conseqüentemente, pode acarretar carência ou insuficiência de espaços de acolhimento, prejudicando a garantia dos princípios de prevenção e proteção proativa, de acordo com as orientações da Assistência Social.

Até o segundo semestre de 2022, espera-se que sejam atendidos mais de 350 indígenas Warao. Nesses termos, para além de melhorias na infraestrutura dos abrigos existentes, vislumbra-se igualmente a necessidade de acompanhamento e suporte técnico multidisciplinar para as equipes que atuam com essa população. Para tanto, esses profissionais ingressarão no Centro Estadual de Referência para Refugiados e migrantes (CERMIR), vinculado à SEDH. Essa iniciativa encontra-se em fase de implementação.

A SEDH recebeu o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais no ano de 2022, para atender cerca de 350 refugiados e migrantes.



4. Número de beneficiários atendidos pelo serviço ou projeto¹⁶



5. Objetivos

Objetivo Geral

Ofertar ações socioassistenciais incluindo melhorias ao acolhimento temporário para indígenas refugiados e migrantes venezuelanos da etnia Warao, com provisões materiais, alimentação, referenciamento à equipe técnica multidisciplinar para atendimentos e encaminhamentos para as redes intersectoriais e serviços voltados à garantia de direitos e ao exercício da autonomia.

Objetivos específicos:

- Colaborar com o fortalecimento do processo de regularização documental da comunidade indígena refugiada e migrante no Comitê Estadual de Documentação Básica da Paraíba;
- Inserir crianças e adolescentes na rede municipal de educação em todo estado da Paraíba, com estratégias de ensino voltadas para a valorização da cultura e mediação cultural;
- Inserir adultos no Ensino de Jovens e Adultos (EJA);
- Criar estratégias direcionadas aos processos de empreendedorismo e inserção em redes de economia solidária;
- Retirar carteira digital de trabalho e cadastramento no órgão estadual de agenciamento para vagas disponíveis de empregos (SINE/PB).

¹⁶ Dados se referem a outubro de 2022, data de envio do relato revisado para a publicação.



6. Construindo respostas

Através da construção de um plano de ação e com a formação de equipes técnicas multidisciplinares, pretende-se implementar o Centro de Referência Estadual para o Atendimento Socioassistencial para Refugiados e migrantes (CERMIR), cujo objetivo será garantir o acesso à documentação e promover articulações intersetoriais na busca por uma maior autonomia da população em questão. Adicionalmente, em conjunto com a referida rede, buscou-se o desenvolvimento de grupos de trabalho específicos que pudessem fomentar e atuar na garantia de direitos, como os de saúde e educação, combate à xenofobia e à discriminação de gênero. Além disso, tem-se aprimorado os processos de empregabilidade e renda, a exemplo do incentivo ao artesanato. Cabe destacar que foram contratados dez mediadores culturais da etnia Warao, os quais fazem parte das equipes técnicas multidisciplinares vinculadas à SEDH com atuação direta no CERMIR.

Essas ações de resposta estão inseridas no escopo das políticas públicas brasileiras, majoritariamente, no âmbito da Assistência Social, por meio de orientações e diretrizes do SUAS. As primeiras estratégias para estabelecer vínculos e comunicação com a população beneficiária ocorreram através de educadores sociais e demais profissionais, a exemplo de um tradutor de espanhol. Essas equipes realizaram a construção de acordos de convivência junto à comunidade, levantamento de dados e mapeamento das necessidades da população. Por meio da presença dos educadores sociais que participavam das rotinas dos abrigos, foi possível construir oficinas educativas e de valorização da cultura Warao, dentro das quais havia troca de saberes e fortalecimento de laços.

O processo de construção dessas ações aconteceu através de reuniões de planejamento. Inicialmente, o ACNUR ofereceu capacitações às equipes multidisciplinares, com a finalidade de melhor desenvolver os procedimentos operacionais padrão (POPs) de atendimentos e encaminhamentos para a rede local, bem como para aprimorar a construção de oficinas e a participação comunitária. Com o auxílio de mediadores culturais Warao, foi possível realizar processos de escuta qualificada no atendimento dessa população. No âmbito das unidades de abrigo, as assembleias têm se apresentado como instâncias importantes de participação comunitária, principalmente para a solidificação de acordos de convivência.

No que tange às articulações referentes às políticas públicas intersetoriais, como saúde e educação, destacam-se a parceria e atuação das secretarias estadual e municipal de Saúde na construção de um fluxo específico para atendimento dos Warao. Outra iniciativa importante diz respeito à formação de uma equipe de saúde pela ASA, assim como as atividades de sensibilização acerca dos processos de saúde/doença desenvolvidas pelo Serviço Pastoral do Migrante (SPM). Ademais, as estratégias empreendidas para a garantia do direito das crianças e dos adolescentes frequentarem a escola e dos adultos do EJA tem se mostrado efetivas. Destaca-se também a articulação da SEDH junto às demais esferas na Pactuação do Fluxograma





para Atendimento e Regulamentação dos Protocolos de Refúgio e Acesso à Documentação Básica¹⁷, reforçando simultaneamente o acesso aos serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial.

Cabe destacar a atuação de coordenação da SEDH junto à SEMDH no processo de certificação e garantia do selo “Migracidades: Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil”¹⁸, foi possível desenhar a minuta de decreto (em trâmite) para a Implantação do Comitê Estadual de Políticas Públicas para Refugiados e migrantes. Também resultado dessa articulação, estabeleceu-se o Centro de Referência Estadual da Igualdade Racial “João Balula”, serviço para atendimento aos refugiados e migrantes para denúncia e acompanhamento nos casos de xenofobia e de racismo¹⁹.

As ações que promovem a participação e o engajamento da população na gestão do espaço e nas diversas instâncias sociais para o fortalecimento da autonomia e da cidadania participativa acontecem por meio de acordos de convivência. Essas foram eleitas em assembleia por cada unidade de abrigamento, através de representações responsáveis pela manutenção dos espaços e eixos de atuação.

Ademais, foram contratados Warao para atuarem junto às equipes multidisciplinares como intermediadores culturais. Por fim, fomenta-se a participação Warao em reuniões da rede intersectorial como forma de garantir a participação ativa da comunidade.



7. Equipe responsável pelo atendimento do público beneficiário

As equipes multidisciplinares que atuam no Serviço de Acolhimento de Refugiados e migrantes do CERMIR, são compostas por: Assistentes Sociais; Psicólogos; Educadores Sociais; Tradutores em espanhol. Coordenadores Técnicos de Nível Superior; Intermediadores Culturais Warao e motoristas. A equipe técnica também é responsável pelo atendimento nas unidades de abrigamento.



8. Participação da população beneficiária

No estado da Paraíba existe uma dinamicidade de deslocamento da população indígena atendida. Desta maneira, a participação da população beneficiária no serviço e as formas de atendimento são estabelecidas de modo a acompanhar as especificidades da comunidade. Os serviços continuados realizam observação, monitoramento e sistematização das demandas.

A partir de demandas da comunidade assistida são realizados ações e encaminhamentos para a rede socioassistencial. Busca-se no cotidiano estabelecer planos de convívio e estratégias de mediação de conflitos através da sensibilização sobre determinadas temáticas. Por meio de oficinas, encontros e reuniões busca-se estabelecer uma escuta ativa e sensível das sugestões dos indígenas, bem como, pactuar com a rede/equipe melhores formas de atendimento.



9. Sustentabilidade

A perspectiva de atendimento é de médio a longo prazo. Entretanto, não há uma garantia de sustentabilidade. Deste modo, busca-se o fomento da autonomia financeira dos indígenas. Procura-se, por meio da instalação do Comitê Estadual para Atendimento aos Refugiados e Migrantes na Paraíba (em trâmite), proporcionar a elaboração da política estadual para o atendimento dos refugiados e migrantes.

¹⁷ Em anexo, encontra-se o organograma com o Fluxograma de Atendimento de Regularização Documental para Comunidade Indígena Venezuelana na Paraíba.

¹⁸ Plataforma articulada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Organização Internacional do Migrante (OIM).

¹⁹ Portaria nº 001/2022, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba.



10. Intersectorialidade

O trabalho em rede permite o diálogo entre as diversas políticas públicas e o fortalecimento das ações em benefício dos indígenas refugiados e migrantes.

Educação

A Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa é responsável pela inclusão e garantia de matrícula na rede pública de ensino das crianças, dos adolescentes e dos adultos.

Saúde

A Secretaria Estadual de Saúde atua na promoção e atendimento específico de saúde para a comunidade Warao, em parceria com o Serviço Pastoral do Migrante, a SEDH/CERMIR e o Ministério Público Federal. A ASA atua através de equipe de saúde, por meio de recursos de Emenda Parlamentar garantida. Cabe também destacar as articulações para os processos educativos e ações realizadas nos abrigos em parceria com o Curso de Medicina do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ).

Assistência Social

A SEDH colabora com o fortalecimento do processo de regularização documental da comunidade indígena refugiada e migrante no Comitê Estadual de Documentação Básica da Paraíba, em parceria com os seguintes órgãos: Corregedoria de Justiça, Ministério Público Federal, Defensora Pública do Estado e da União, Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado da Paraíba. A SEDH estabeleceu parceria com a ASA e com a Universidade Federal da Paraíba para projeto de artesanato “Tecendo Saberes” / “Naruwarao” com os/as indígenas.



11. Monitoramento

Há um acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas para a comunidade indígena Warao, além de planejamento conjunto com outros atores da rede. São realizadas orientações individuais e apoio na construção de projetos coletivos, como encaminhamentos aos programas de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, objetivando o alcance da autonomia da comunidade indígena Warao.

O monitoramento das atividades é feito pela Gerência Executiva de Direitos Humanos da SEDH conjuntamente com as duas equipes multidisciplinares em atuação, que produzem relatórios mensais sobre a comunidade indígena Warao residente em João Pessoa.



12. Desafios

As barreiras linguísticas e culturais geram dificuldades no atendimento por parte dos profissionais executores das políticas públicas. E a chegada repentina de grupos Warao, sem comunicação prévia, inviabilizam a organização das equipes para realização de atendimento de qualidade.

Considerando as dificuldades em viabilizar um atendimento de saúde diferenciado para a comunidade indígena Warao, existe uma recusa por parte de lideranças ou pessoas do grupo em seguir com o tratamento biomédico prescrito, mesmo quando é necessária a internação em casos mais graves. As questões sanitárias são temas frequentes a serem discutidos com as comunidades que vivem em espaços de abrigo.



13. Aprendizados – Ação-Reflexão-Ação

De maneira geral, as barreiras linguísticas e culturais se apresentam enquanto desafio imperativo, sendo imprescindível o trabalho conjunto com tradutores (espanhol/português/warao). Para além da tradução linguística, é necessária uma intermediação cultural de modo que possa favorecer a criação de vínculos entre equipe e os Warao. A realização de atividades rotineiras e formação de comissões específicas de atuação favorecem a construção de saberes conjuntos, que também são necessários.

A construção de acordos de convivência, por meio de uma dinâmica comunitária e participativa, é fundamental no processo de estabelecimento de uma vivência pacífica entre os moradores e equipe de atendimento. É indispensável que os processos emergenciais e de longo prazo, sejam realizados em rede com diferentes parceiros, bem como com a comunidade beneficiária.





Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (RJ):

FLUXOS INTERSETORIAIS DE APOIO AO ATENDIMENTO DE SAÚDE DE INDÍGENAS WARAO EM NOVA IGUAÇU (RJ)



“ É imprescindível manter um diálogo intercultural com os indígenas Warao, respeitando o princípio de consulta prévia diante de quaisquer ações a eles direcionadas, sobretudo a promoção do cuidado integral em saúde, articulada de forma intersetorial, possibilitando a participação da comunidade indígena no planejamento e na elaboração de políticas públicas específicas. ”

Equipe de apoio da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ)





1. Dados iniciais

Nome da instituição: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ)

Nome do Projeto/Ação: Fluxos intersetoriais de apoio ao atendimento de Saúde de indígenas Warao em Nova Iguaçu (RJ)

Órgão(ões)/instituição(ões) responsável(eis): Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Serviço de Apoio Institucional, vinculada à Superintendência no Rio de Janeiro do Ministério da Saúde (SEINSF-RJ/MS), Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu (SEMUS/NI) e Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Nova Iguaçu (SEMAS/NI).

Cidade e Estado: Nova Iguaçu/Rio de Janeiro.

Endereço: Instituição SES-RJ: Rua México, 128 – 4º andar, sala 426 – Centro – RJ. Ação realizada no Abrigo Escola– Rua Vasco da Gama – N°1470, Parque Estoril, Nova Iguaçu.

E-mail institucional/responsável: E-mail: comiteimigrantesrj@gmail.com / lilian.freitas@saude.rj.gov.br – Lilian Cardoso de Freitas



2. Breve Histórico

O Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População Imigrante e Refugiada do Rio de Janeiro (CTESIPIR) foi criado em 2020, por meio da deliberação²⁰ da Comissão de Intergestores Bipartite do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) sob coordenação da Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade (SAPV) e com a participação do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio de Janeiro (COSEMS-RJ)²¹. O Comitê é o primeiro no Brasil criado especificamente para o acompanhamento das demandas de saúde dos imigrantes, instituído por Resolução da SES-RJ.

Essas foram as respostas ao deslocamento forçado de pessoas indígenas venezuelanos da etnia Warao para o município de Nova Iguaçu, que em 2021 recebeu um grupo de 25 pessoas, vindas do município de Japeri, ambos no Estado do Rio de Janeiro.



3. Contexto local

Em 2021, em Nova Iguaçu, a Coordenação de Ações em Saúde para Populações em Situação de Vulnerabilidade da Secretaria de Estado de Saúde (SES) do Rio de Janeiro, em parceria com o SEINSF-RJ/MS, com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Nova Iguaçu, realizou ação de saúde naquele município, com a participação de nutricionista e de enfermeiras, para avaliação da saúde da comunidade indígena Warao acolhida. Além das consultas médicas, também foi realizada roda de conversa com a comunidade indígena sobre o processo saúde/doença e as principais necessidades de atendimento, como a vacinação contra o COVID-19, a complementação da vacinação das crianças, o apoio na área da atenção psicossocial, da saúde reprodutiva, dentre outras.

Durante esta ação, foi identificada a necessidade de criação de um grupo de trabalho intersetorial para apoio específico aos indígenas refugiados e migrantes, que incluísse diferentes áreas de atuação, inclusive representantes da sociedade civil. Nesse sentido, em novembro de 2021, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Nova Iguaçu, em decorrência da demanda da comunidade indígena Warao e dos esforços da SES do Rio de Janeiro em constituir um espaço de diálogo entre atores envolvidos, criou-se o Grupo Intersetorial de Apoio Específico aos Indígenas Refugiadas e Migrantes no município.

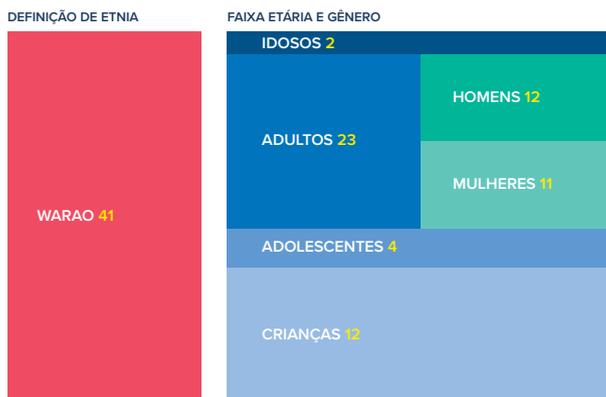
20 Deliberação CIB-RJ nº 6114/20: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MjMxODg%2C>. Resolução SES nº 2.530, de 09 de dezembro de 2021: <https://www.saude.rj.gov.br/noticias/2020/06/sus-para-todos-aco-es-da-ses-rj-reafirmam-acesso-de-imigrantes-e-refugiados-ao-sistema-de-saude>.

21 ACNUR. I Relatório cidades solidárias Brasil: proteção e integração de pessoas refugiadas no plano local. Brasília, DF: ACNUR, 2022.





4. Número de beneficiários pelo serviço ou projeto²²



5. Objetivos

Objetivo Geral

Apoiar os indígenas Warao e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu em demandas de saúde.

Objetivos Específicos:

- Articular junto ao Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes sobre o atendimento à comunidade indígena refugiada e migrante e junto ao Apoio Institucional da Gestão Federal do SUS para povos indígenas, sobre ações de educação permanente previstas para esta comunidade em questão;
- Fomentar junto ao Comitê Estadual de Saúde da População Imigrante e Refugiada do Rio de Janeiro melhorias no atendimento e no acesso à saúde pública por parte da comunidade indígena refugiada e migrante, bem como auxiliar as equipes de atendimentos sobre questões relacionadas à cultura e ao idioma destes povos;
- Articular as ações de saúde *in loco* para viabilizar atendimentos para necessidades específicas de saúde, como vacinação de crianças, atenção psicossocial, de saúde reprodutiva e outros.



6. Construindo Respostas

Com o objetivo de promover a articulação da rede de cuidados, sobretudo entre aquele que procuram garantir o acesso à saúde e ao atendimento de qualidade dos refugiados e migrantes, o projeto de Fluxos Intersetoriais para Indígenas Warao no Estado do Rio de Janeiro tem garantido a participação das pessoas de interesse no grupo de trabalho e de equipes de outras áreas, como a Assistência Social e a Educação, além da articulação com o Projeto Redes Interiorização da Serviço de Apoio Institucional (SEINSF-RJ) do Ministério da Saúde. Destacam-se duas ações centrais no projeto:

- Realização de reuniões com a rede intersetorial;
- Visitas técnicas no abrigo de acolhimento à população indígena refugiada e migrante, Abrigo Escola, equipamento da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu, na região de Tinguá. A partir dessa ação são diagnosticadas as necessidades específicas de saúde, como sexual, reprodutiva, imunização, mental e, no caso de pessoas idosas, as doenças crônicas. Como parte dos fluxos das ações centrais, são realizadas capacitações junto aos profissionais envolvidos, garantido a escuta prévia, sensível e envolvimento da comunidade indígena Warao no projeto e nas tomadas de decisão, além de tradução de material informativo em espanhol e cartilhas de orientação.

22 Dados se referem a outubro de 2022, data de envio do relato revisado para a publicação.





7. Equipe responsável pelo atendimento do público beneficiário

O atendimento clínico é realizado a partir da estratégia da Clínica da Família, com profissionais da saúde, sobretudo 01 médico e 01 enfermeiro, por meio de visitas domiciliares, normalmente realizadas uma vez ao mês, no abrigo dos indígenas Warao.

Na Assistência Social, o atendimento é prestado sobretudo pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), assegurando o suporte de assistentes sociais que atendem a região do abrigo. E na Gestão Estadual e Federal, para apoio institucional e articulação intersetorial, há, ainda, sanitaristas das seguintes categorias e/ou cargo profissional: Comunicação Social, Psicólogas, Médica, Analistas de Políticas Sociais. A experiência profissional da equipe varia entre 10 e 20 anos no serviço público do Sistema Único de Saúde (SUS).



8. Participação da população beneficiária no projeto

A partir das estratégias das reuniões intersetoriais regulares e as rodas de conversa com a comunidade indígena Warao é garantida a participação e o espaço seguro para fala, exposição de demandas, questionamentos e sugestões. As equipes de atendimento são estimuladas a aperfeiçoar a ações de escuta atenta e sensível, a partir de atendimento individual ou em grupo, buscando sempre integrá-los nas atividades desenvolvidas.

Com a pretensão de ampliar a participação da comunidade de interesse, a partir de uma comunicação mais efetiva, pretende-se identificar intérpretes Warao entre o grupo de interesse, principalmente entre os jovens que já estão matriculadas na rede pública de ensino e dominam melhor o português, para atuarem como facilitadores junto aos membros da comunidade e a equipe de atendimento.



9. Sustentabilidade

Trata-se de ação governamental, respaldada por atribuições legais de órgãos da gestão do SUS nas esferas estadual (Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro) e Federal (Serviço de Apoio Institucional (SEINSF-RJ) do Ministério da Saúde), de modo que a expectativa é estender o apoio institucional, fortalecer a articulação de redes, durante o período em que os indígenas refugiados e migrantes estiverem no Estado do Rio de Janeiro e houver demandas a serem atendidas em relação a este grupo.



10• Intersectorialidade

Instituições parceiras: SEINSF-RJ do Ministério da Saúde, SES do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, SEMAS/NI.

- SEINSF-RJ do Ministério da Saúde: Articular junto ao Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes sobre as especificidades de atendimento da comunidade indígena refugiada e migrante; contatar os parceiros do Apoio Institucional da Gestão Federal do SUS para povos indígenas, que possam qualificar ações de educação permanente em saúde para comunidade em foco.
- SES do Rio de Janeiro: Fomentar junto ao Comitê Estadual de Saúde da População Imigrante e Refugiada a melhoria do atendimento e do acesso à saúde da comunidade indígena Warao, auxiliando as equipes médicas nas questões relacionadas à cultura e ao idioma.
- Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu: Realizar atendimento médico *in loco*.
- SEMAS/NI: Mapear famílias da comunidade Warao para acessar benefícios sociais e demais ações de assistência social, proteção comunitária e de direitos humanos.



11• Monitoramento

O monitoramento é realizado por meio de reuniões intersectoriais, com acompanhamento sobre a evolução dos encaminhamentos registrados anteriormente. Há um canal contínuo de comunicação entre a equipe e as pessoas atendidas, de modo a favorecer a efetivação das orientações definidas em grupo.

A partir desse tipo articulação tem sido possível observar os gargalos e as boas práticas do atendimento prestado, por exemplo: necessidade de treinamento sobre a temática indígena refugiada e migrante junto as equipes de atendimento, sobretudo sobre as especificidades da comunidade Warao; retorno positivo da comunidade Warao sobre a realização de diagnóstico sobre as necessidades específicas de saúde.

O monitoramento das atividades junto as equipes e a articulação com a gestão municipal são realizadas por meio de relatórios. Nestes, as equipes de saúde apontam as necessidades de atendimentos emergenciais, bem como o estado de saúde dos indígenas Warao em situação de abrigo.





12. Desafios

Os principais desafios tem sido as barreiras culturais e linguísticas entre equipe técnica e comunidade indígena Warao. Entretanto, outro desafio tem sido encontrar uma mediação produtiva entre os limites da dinâmica burocrática da política pública e a organização comunitária dos Warao, que nem sempre partem da mesma perspectiva.



13. Aprendizados – Ação-Reflexão-Ação

As rodas de conversa são realizadas como estratégia para construção e estabelecimento de vínculo de confiança entre as equipes de atendimento, as pessoas de interesse - no caso os indígenas refugiados e migrantes - e a comunidade anfitriã. Dentre os resultados obtidos destacamos: o êxito na solução de problemas e redução de conflitos por meio de uma comunicação com escuta sensível e atenta, realizada com o apoio e participação de tradutores da comunidade indígena Warao; identificação de necessidades específicas por meio do apoio para acesso aos atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBS); realização de capacitações para os profissionais de saúde sobre esta população; ações de incentivo à autonomia da comunidade por meio da educação e estratégias para autonomia financeira e outros.

Sobre os aprendizados por parte da equipe de saúde e os profissionais envolvidos na rede de apoio à comunidade Warao em Nova Iguaçu, observou-se que a partir da sensibilização sobre a história de vida no país de origem e em territórios fronteiriços, os percalços no deslocamento forçado, bem como as dificuldades no processo de adaptação nos municípios anfitriões, construiu-se laços de confiança entre equipe e comunidade assistida, assim como possibilitou o reconhecimento das necessidades, traumas e desejos.

A maioria dos profissionais de saúde tem uma formação acadêmica e profissional convencional. Nesse sentido fez-se necessário ampliar a concepção sobre os processos de adoecimento e cura para os indígenas Warao, bem como a construção de um diálogo intercultural de saberes para contribuir com a melhoria do atendimento e, mesmo que gradativamente, com a reflexão sobre uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Populações Refugiadas, Migrantes e Apátridas.





IV INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA/ **MEIOS DE VIDA**



Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI):

CENTRO CULTURAL E DE FORMAÇÃO INDÍGENA (CCFI)



“ Destaca-se a importância da compreensão de que as pessoas indígenas estão plenas de capacidades para desenvolver-se e integrar-se no novo território, participando ativamente da busca de soluções para retomar a trajetória de vida sem perder sua cultura, mas fortalecendo-a através de novas experiências. ”

Equipe de apoio da Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI)





1. Dados iniciais

Nome da instituição ou grupo de trabalho: Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI)

Nome do Projeto: Centro Cultural e de Formação Indígena (CCFI)

Órgão(ões)/instituição(ões) responsável(eis): Fraternidade Federação Humanitária Internacional (FFHI)

Cidade e Estado: Boa Vista/Roraima

Endereço: Av. Carlos Pereira de Melo 999

E-mail institucional/responsável: gestaosd.rr@fraterinternacional.org/ Imer de Mirna



2. Breve Histórico

A Fraternidade – Federação Humanitária Internacional (FFHI) – é uma associação civil sem fins lucrativos com atuação em 18 países. Sua sede mundial está localizada no município de Carmo da Cachoeira, Minas Gerais, Brasil. A Fraternidade-Humanitária (FFHI) acolhe todos os credos, culturas, religiões e não tem vínculos com grupos políticos, econômicos ou religiosos. Reúne 25 associações civis nacionais e internacionais que realizam ações de caráter voluntário, humanitário, ambiental, cultural e filosófico.

A Fraternidade – Humanitária (FFHI) tem trabalhado na resposta à crise venezuelana desde 2016 com a população indígena refugiada e migrante, através da Missão Roraima Humanitária, tendo atuado no gerenciamento de cinco abrigos indígenas, junto ao Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no período de 2017 a 2021. Na ocasião do início desta parceria (2017), foi criada uma filial da FFHI em Boa Vista/RR.

Para além de medidas emergenciais, a atuação tem sido direcionada para oferecer respostas duradouras, com soluções permanentes e acompanhamento continuado. Nesse sentido foi criado o Centro Cultural e de Formação Indígena (CCFI), inaugurado em maio de 2021, na cidade de Boa Vista, com o objetivo de integrar inclusão socioeconômica e incentivo à conservação cultural.

Neste centro formativo e cultural, as ações ocorrem principalmente através de capacitação na língua portuguesa, inclusão digital, formação técnica e profissionalizante, preparação para o mercado de trabalho e promoção do empreendedorismo.





3. Contexto local

Em outubro de 2016, pessoas indígenas da Venezuela (das etnias Warao e E'ñepa), em deslocamento forçado, chegaram na cidade de Pacaraima/RR, permanecendo inicialmente em situação de rua. Com a intensificação do fluxo migratório, alguns grupos continuaram o trajeto de deslocamento para Boa Vista/RR, onde se estabeleceram nos arredores da Feira do Passarão (comércio alimentício) e da rodoviária municipal, e outros seguiram até Manaus/AM e Belém/PA. Nesse mesmo período, a Fraternidade-Humanitária (FFHI) enviou um grupo para atender essa emergência humanitária.

Na época, em Boa Vista, foi identificado o quantitativo de 250 indígenas divididos em famílias numerosas e estendidas, com uma grande quantidade de crianças (aproximadamente 50% das pessoas). Os grupos se organizavam de acordo com a cultura e costumes da comunidade de origem na Venezuela (Araguavisi, Los Caños, Município Antônio Diaz, Tucupita, etc.), com fortes laços parentais e tendo como principais demandas o acesso à alimentação, à saúde, à vestimenta e ao abrigo.

Diante do contexto apresentado, a Fraternidade-Humanitária (FFHI) foi convidada a participar do Comitê de Gestão em Boa Vista, espaço de discussão composto por representantes de algumas secretarias municipais e estaduais. Este esforço conjunto se deu a partir da percepção de que a sociedade local, órgãos públicos e outras instituições foram surpreendidos pelo panorama de crise humanitária gerado pela migração venezuelana forçada na região, sendo necessária uma sensibilização de toda a rede para que fosse possível oferecer uma resposta adequada para o atendimento da população em questão, atuando na minimização dos conflitos que começavam a acontecer na cidade pela chegada do grande número de imigrantes com perfil de alta vulnerabilidade.

Foi assim que a Fraternidade – Humanitária, em parceria com a Defesa Civil, inaugurou em 2016, na cidade de Boa Vista, a primeira resposta emergencial de atendimento à população indígena, em um prédio localizado no bairro São Vicente, cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção do Estado e do Mobiliário do Estado de Roraima (Sintracom-RR), espaço no qual também funcionava diurnamente o Centro de Referência ao Imigrante (CRI). Neste local iniciou-se a realização de articulações com diferentes instituições e organizações, como Sistema “S”, Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), entre outras, com o intuito de apoiar e ofertar proteção à comunidade indígena venezuelana recém-chegada ao Brasil. Assim todos os dias os indígenas situados na Feira do Passarão eram direcionados aos ônibus da Defesa Civil e levados para o Sindicato para serem assistidos em alimentação, saúde, higiene, corte de cabelo, atendimentos às crianças e mulheres, entrega de roupas e outros itens, para no final do dia voltar à Feira para pernoite.



No ano de 2016, em Boa Vista, foi inaugurado o primeiro abrigo da resposta humanitária no bairro Pintolândia. A Fraternidade-Humanitária, em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) do Governo de Roraima e a Defesa Civil, iniciaram a gestão do abrigo intitulado Pintolândia, voltado para indígenas e não indígenas. Na época, todos os indígenas que estavam em situação de rua foram realocados para este mesmo espaço, sendo que posteriormente este abrigo passou a ser exclusivo para a população indígena. Em 2017, o ACNUR ingressou nesse cenário de crise humanitária reestruturando a parte de acolhimento nos abrigos em conjunto com a Setrabes, que na época recebia apoio técnico e financeiro do Ministério da Cidadania. Em 2018, com a federalização da resposta ao fluxo migratório venezuelano no Brasil, foi criada a Operação Acolhida para operacionalizar esta resposta. Neste momento acontece uma expansão e estruturação no processo de abrigamento de pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas (indígenas e não indígenas) em Boa Vista/RR, Pacaraima/RR e Manaus/AM. Até 2021, foram abertos mais quatro abrigos indígenas devido ao aumento do fluxo migratório. Diante desse cenário, a Fraternidade-Humanitária (FFHI) percebeu a necessidade de atuação com meios de vida e soluções duradoras, criando o CCFI – Centro Cultural e de Formação Indígenas, através do qual trabalha atualmente junto à Operação Acolhida.



4. Número de beneficiários pelo serviço ou projeto²³



5. Objetivos

Objetivo geral

Promover a independência socioeconômica da população indígena migrante e refugiada, de forma integrada à conservação e fortalecimento cultural, bem como propiciar integração com etnias locais no Estado de Roraima, por meio de um espaço comunitário onde possam socializar suas aspirações, fortalecer sua identidade cultural e abrir perspectivas para o futuro.

Objetivos Específicos:

- Constituir um espaço intercultural, interdisciplinar e interinstitucional para atividades de organizações indígenas e atuações de diversas instituições;
- Viabilizar a manifestação genuína, proteção, fortalecimento e intercâmbio de culturas indígenas de diferentes etnias venezuelanas e brasileiras;
- Oferecer programas de formação continuada que incluam língua portuguesa, inclusão digital e cursos profissionalizantes de diversas áreas;
- Oportunizar acesso ao mercado de trabalho e consolidação de projetos de empreendedorismo;
- Contribuir para o fortalecimento de organizações indígenas.

23 Dados se referem a outubro de 2022, data de envio do relato revisado para a publicação.



6. Construindo Respostas

Em 2020, a Missão Roraima Humanitária realizou uma pesquisa para identificar o perfil da população indígena refugiada e migrante, abrangendo questões como escolaridade, experiências profissionais, capacitações e interesses laborais. O objetivo do estudo foi de contribuir na construção de novas estratégias para promover soluções duradouras para essas pessoas. A partir dessa verificação das demandas de formação e profissionalização, foi criado o Setor Meios de Vida e Soluções Duradouras e posteriormente o Centro Cultural e de Formação Indígena (CCFI).

Entre as principais ações do CCFI está o Programa de Formação Continuada para o Desenvolvimento (PFCD), com a abrangência necessária para lidar com a complexidade de questões que envolvem inclusão socioeconômica, conservação cultural e desenvolvimento humano. O programa é composto por três fases: Acolhimento, Capacitação e Desenvolvimento, incluindo reflexões sobre temas como direitos, deveres, cidadania, cooperativismo e associativismo; oportunidades de capacitação na língua portuguesa e informática; e uma série de cursos profissionalizantes para que o beneficiário possa escolher de acordo com seus objetivos e afinidades. O PFCD também envolve ações para empregabilidade e empreendedorismo, com acompanhamento continuado, possibilitando um amplo espectro de opções para atender peculiaridades e interesses individuais.

Além deste programa, o CCFI oferece espaço para amplo conjunto de atividades, como encontros de associações e de representantes das comunidades abrigadas e de etnias indígenas brasileiras; reuniões de comitês de saúde e educação; seminários interinstitucionais; uso da estrutura para cursos de outras instituições; e eventos abertos ao público, como feiras com apresentações culturais e divulgação de produtos e serviços.

Todas as ações buscam promover a participação ativa dos beneficiários no uso e na gestão dos espaços do CCFI, além de viabilizar a inserção desses grupos em outros espaços municipais, como feiras e eventos.



7. Equipe responsável pelo atendimento ao público beneficiário

A equipe da Fraternidade – Humanitária é composta por servidores humanitários voluntários que atuam em diferentes níveis e funções no organograma do Centro Cultural e de Formação Indígena, com cargos de oficiais sênior, pleno e júnior. Com formações diferenciadas no âmbito do trabalho humanitário (ToT em CCCM²⁴) integram a equipe multidisciplinar da Fraternidade – Humanitária profissionais das Relações Internacionais, Ciências Econômicas, Arquitetura, Psicologia, Gestão de Projetos, TI, Comunicação Social, Pedagogia e Saúde, entre outras áreas.

Todos os servidores humanitários da FFHI que atuam no CCFI recebem treinamentos em diferentes temas, tais como: Resposta Humanitária na área de proteção, PSEAS²⁵, Política GAD²⁶, Meios de Vida e Soluções Duradouras, Relações Institucionais, Gestão (recursos humanos e de materiais), Resposta Específica para População Indígena Migrante e Refugiada.

A equipe também tem desenvolvido trabalhos acadêmicos com foco na inclusão socioeconômica de refugiados e migrantes no Brasil; em refugiados e a luta pela autonomia; no desenvolvimento de habilidade e empreendedorismo com pessoas em situação de vulnerabilidade, entre outros.

Para além dos treinamentos oferecidos à equipe que atua diretamente no CCFI, a Fraternidade – Humanitária (FFHI) garante capacitações internas para seus servidores em diferentes setores no âmbito de resposta às crises humanitárias, sendo eles: *Camp Coordination and Camp Management* (CCCM); Educação em Situações de Emergências e Respostas Humanitárias; Ecologia na Resposta Humanitária; Meios de Vida e Soluções Duradouras; Saúde Mental e Psicologia de Emergência; Relações Institucionais; Negociação e Diálogo Humanitário.

24 Training of Trainers (ToT) on Camp Coordination and Camp Management (CCCM). Abreviação em inglês que significa “Treinamento de Treinadores para Coordenação e Gestão de Acampamentos”

25 Protection Against Sexual Exploitation and Abuse (PSEAS). Abreviação em inglês que significa “Proteção contra exploração e abuso sexual”

26 Gender, Age and Diversity (GAD). Abreviação em inglês que significa “gênero, idade e diversidade”.



8. Participação da população beneficiária

O Programa de Formação Continuada para o Desenvolvimento garante que cada pessoa identifique seus interesses, habilidades, sonhos e metas, bem como desenvolva autoconfiança para alcançar suas realizações com autonomia, possibilitando que cada participante construa um percurso pedagógico próprio, integrado ao seu projeto de vida, e receba o acompanhamento necessário nessa trajetória.

Ao reconhecer a participação como fator essencial, a concepção do CCFI é de um espaço que possa ser gerido pelos próprios indígenas. Atualmente, já existem beneficiários gerindo alguns espaços, como a barbearia e o ateliê de costura, além da caracterização cultural do local, com pintura de murais e exposição de suas obras artísticas. Também são identificados monitores indígenas para atuação em cursos, como informática e sapataria, assim como para contribuição nos cursos de alfabetização. Além disso, as feiras promovidas pelo CCFI constituem eventos essenciais para a participação indígena, propiciando momentos significativos de expressão, troca e construção coletiva.

A equipe é capacitada para oferecer o acolhimento e o incentivo necessários para a boa interação e a promoção da participação, de modo que os indígenas exercitem a autonomia e a emancipação social. A equipe é interdisciplinar e desenvolve um trabalho intersetorial, com colaboração mútua, comunicação eficiente e construção conjunta. A elaboração de um banco de dados para a gestão de informação do Centro Cultural e de Formação Indígena tem contribuído para a comunicação interna, possibilitando a visualização e a compreensão do que está sendo desenvolvido em cada área e tipo de atuação, criando uma condição favorável para melhorias.





9. Sustentabilidade

A proposta do CCFI é de longo prazo, prevendo continuidade e ampliação de suas ações, considerando as demandas emergentes e a importância desse tipo de trabalho para uma melhor integração da população indígena refugiada e migrante com a sociedade brasileira.

Está prevista a organização de outros espaços de prestação de serviços e atendimento ao público, bem como de novos ambientes de produção e maior diversificação dos produtos do empreendedorismo. Existe a possibilidade, por exemplo, da criação de um recinto para a elaboração de produtos da medicina tradicional, aproveitando as plantas cultivadas no jardim medicinal do CCFI e incentivando possibilidades ecológicas e culturais de geração de renda. Também está planejada a consolidação de uma loja de artesanato como ponto permanente de comercialização e divulgação dos produtos; uma lanchonete para venda de comidas típicas e outros tipos de lanches produzidos na cozinha industrial localizada no Abrigo Jardim Floresta.

Além da atuação no espaço do CCFI, a equipe está expandindo sua ação para comunidades indígenas migrantes e locais que acolhem indígenas venezuelanos, visando contribuir com seu desenvolvimento socioeconômico, com capacitações e implantação de projetos na área da agroecologia, colaborando para segurança alimentar, geração de renda e fortalecimento dessas comunidades e de suas associações.



10. Intersectorialidade

O CCFI mantém parceria com a Operação Acolhida, a qual contribui para a sustentabilidade do projeto, através do pagamento do aluguel do prédio e das despesas de água e energia elétrica, além do fornecimento de alimentação e transporte para as atividades. No âmbito das relações institucionais, o CCFI tem atuado com instituições públicas, empresas privadas, Forças Armadas, agências humanitárias e de desenvolvimento, comunidades indígenas e organizações indígenas e indigenistas, desenvolvendo processos de diálogo, interação e negociação, sempre em direção à construção e ao fortalecimento de estratégias para assegurar o acesso dos indígenas refugiados e migrantes aos seus direitos.

Com propósito de atuar de forma intersectorial, o CCFI tem trabalhado em articulação com instituições, por meio de acordos formais e informais, em diversas áreas e formas de atuação. Por exemplo, os cursos do Programa de Formação são desenvolvidos em colaboração com diferentes atores; algumas instituições contribuem com análise de mercado e banco de vagas de emprego; a Fundação para o Desenvolvimento (FUPAD) tem investido em projetos de empreendedorismo; e a Secretaria de Estado do Índio/RR tem apoiado na organização de feiras de artesanato. Organizações indígenas participam em ações com intercâmbio cultural e de conhecimentos, abrangendo artesanato, dança, música e medicina tradicional.

A equipe também tem participado ativamente em reuniões, seminários e outros eventos que envolvem questões indígenas e de refugiados, em âmbito municipal, estadual e nacional. A atuação em rede é um dos elementos essenciais dessa proposta, tendo em vista que a associatividade é um princípio fundamental da resposta humanitária. A relação interinstitucional é continuamente construída e fortalecida, mantendo o diálogo e a atuação conjunta com entidades que apresentam a sensibilidade necessária para atender às especificidades do público indígena, com suas peculiaridades que incluem vulnerabilidades e potencialidades.



11. Monitoramento

O Banco de Dados do CCFI tem como uma de suas funções a contribuição para o monitoramento das ações, possibilitando a visualização de todos os setores e de suas conexões, através do registro permanente e detalhado das atividades, além da organização de documentos, planilhas, relatórios, materiais informativos e apresentações. O monitoramento das ações inclui a elaboração de relatórios bimensais, além de relatórios anuais quantitativos e qualitativos, com indicadores pré-definidos. Também ocorrem reuniões semanais envolvendo todos os setores e a equipe gestora.

Os encontros periódicos de acompanhamento dos grupos indígenas de empreendedorismo, por meio da escuta sobre suas dificuldades e suas superações, permitem desenvolver diversas ações, como por exemplo: planejamento, precificação, melhoria dos produtos, atendimento ao público, divulgação e outros.

O atendimento e acompanhamento individual, realizado pelas equipes sempre que solicitado, contribui para a verificação dos processos e dos resultados.

O Programa de Formação Continuada para o Desenvolvimento (PFCD) foi elaborado com base nos processos de monitoramento, por meio de escutas, diálogos e questionários com a comunidade assistida no CCFI. Este tipo de metodologia possibilitou, por exemplo, a realização de diagnóstico sobre as principais áreas de interesse, sendo elas a empregabilidade e o empreendedorismo¹.



12. Desafios

Entre os desafios encontrados pela comunidade acolhida no contexto de refúgio e migração indígena destacam-se a baixa escolaridade, o preconceito, o desafio de romper com relações de dependência, os obstáculos para entrosamento entre a população acolhida e a anfitriã e a necessidade de compreensão da importância do compromisso individual e coletivo e da continuidade da participação.

Diversos são os desafios enfrentados também pelas instituições atuantes na área, como a compreensão sobre as necessidades específicas da população indígena venezuelana, a falta de estratégias e planejamentos para soluções duradouras, entre outros.

No contexto do eixo Meios de Vida, empregabilidade e empreendedorismo, os desafios também não cessam, desde os limites com estrutura e recursos para produção de materiais para venda, grande número de pessoas com necessidade para ingressar em um mercado de trabalho já bastante colapsado, além das barreiras para se ter acesso a territórios, planificação de assentamentos de moradia, produção de alimentos e sustentabilidade.



13. Aprendizados – Ação-Reflexão-Ação

Todas as ações foram concebidas visando a construção de autonomia e dignidade da população indígena, como acesso ao trabalho, apoio para criação de projetos próprios de negócios e fortalecimento de associações. As estratégias mais efetivas nesse sentido se referem à realização de um trabalho que supre o conjunto de requisitos necessários para inclusão socioeconômica, como capacitação em português, informática, educação financeira, atendimento ao cliente e cursos profissionalizantes, além de programas contínuos de formação e acompanhamento para empregabilidade e empreendedorismo. Esse formato de atuação oferece perspectivas concretas para os beneficiários, gerando interesse e motivação.

Além do incentivo contínuo, a comunicação precisa ser transparente, autêntica, clara e repetida quantas vezes for necessário, em espaço seguro, pacífico, com acolhimento sincero e afetuoso.

A equipe recebeu formação e preparação para atuação com as questões indígenas, por meio de assessoria antropológica, permitindo o conhecimento sobre cultura, história e organização social das etnias da população indígena refugiada, contribuindo para a melhoria das relações com os beneficiários e o alcance dos objetivos.

A relação continuada e sempre renovada, como o trabalho de seis anos da FFHI, permite a construção e o fortalecimento de vínculos, com impacto positivo para a permanência e a estabilidade da resposta humanitária.

O incentivo à conservação cultural permeia todas as atividades do CCFI, mas constitui enfoque fundamental das feiras, que constituem espaços significativos para apresentações culturais e intercâmbios entre diferentes etnias. Outra atividade importante nesse sentido se refere às oficinas de trocas de saberes sobre medicina tradicional indígena, que são realizadas mensalmente, com diferentes temas. Além disso, integrando empreendedorismo com fortalecimento cultural, ocorre apoio ao trabalho de artesanato tradicional com materiais naturais, como barro e fibras de buriti.





Universidade Federal da Paraíba
(UFPB) em João Pessoa (PB):

PROJETO NARÚ



“ Acreditar na plena capacidade dos indígenas em produzir saídas criativas e inovadoras para a sua promoção socioeconômica e tomar suas escolhas e formas de vida como elementos centrais das ações que os envolvem, é o caminho mais curto e consciente para promoção de direitos e cidadania dos Warao. ”

Equipe de apoio da Universidade Federal da Paraíba





1. Dados Iniciais

Nome da instituição ou grupo de trabalho: Universidade Federal da Paraíba

Nome do Projeto: Narú

Órgão(ões)/instituição(ões) responsável(eis): Universidade Federal da Paraíba

Cidade e Estado: João Pessoa/Paraíba

Endereço: Campus I – Jardim Cidade Universitária CEP 58.051-900 – João Pessoa/PB

Telefone e e-mail institucional/responsável: santos.cm.rita@gmail.com, Rita de Cássia Melo Santos.



2. Breve Histórico

O grupo de trabalho que compõe o projeto Narú reúne indígenas Warao vivendo na cidade de João Pessoa/PB e trabalhadoras com diferentes formações: antropóloga, designer, advogada, cientista social e educadora popular. Entre 2020 e 2022 foram realizadas ações de fortalecimento e valorização identitária entre os indígenas venezuelanos da etnia Warao por meio do artesanato. Essas ações, tem como finalidade a autonomia econômica deste público, especialmente das mulheres, que se desdobraram em diferentes frentes no ambiente familiar.

Em 2020, o grupo de trabalho produziu uma coleção etnográfica para o Museu Nacional do Rio de Janeiro. A coleção com forte presença da fibra de Buriti, elemento fundamental para os Warao, permitiu documentar as técnicas e materiais empregados por eles na produção do seu artesanato. Ela resulta de sua livre expressão e sugere um mapa dos repertórios estéticos destes indígenas.

Em 2021, foi realizado o projeto “Povos em Rede”, por meio do qual foram implementadas oficinas com o objetivo de estabelecer um primeiro fluxo de produção que resultou na primeira coleção Narú. Essa primeira coleção combinou o buriti com elementos presentes nos ambientes urbanos que os Warao passaram a ocupar. A ênfase desse segundo momento foi a produção de itens com apelo comercial sem renunciar às técnicas tradicionais Warao. O portfólio do projeto “Povos em rede” está disponível no site <http://povosemrede.org/warao/> e no Instagram <https://www.instagram.com/naruwarao>.

Em 2022, com apoio da Ação Social Arquidiocesana (ASA), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) deu-se seguimento à realização de mais um ciclo de oficinas com o objetivo de fortalecer as ações anteriores concomitante ao investimento na construção de novas coleções. As atividades do primeiro semestre de 2022 resultaram na coleção Yakera Narú, que combina Buriti e tingimento natural a partir de elementos da flora brasileira, simbolizando assim o encontro dos Warao com o Brasil.



3. Contexto local

A chegada dos indígenas Warao à cidade de João Pessoa/ PB se deu no segundo semestre de 2019. Em fevereiro de 2020, o grupo era composto por cerca de 100 pessoas cujas principais reivindicações consistiam em abrigo e alimentação. Face à situação de vulnerabilidade que as famílias se encontravam, deu-se a abertura de Procedimento Administrativo pelo Ministério Público Federal (MPF) que resultou no abrigamento do grupo pela Ação Social Arquidiocesana (ASA) no Centro Social da instituição.

Em março de 2020, após o início da pandemia do Covid-19, a ASA em convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH) estabeleceu o acolhimento das famílias em casas-abrigos. A divisão das famílias respeitou os critérios estabelecidos pelo próprio grupo. No final de 2020, a população indígena de João Pessoa havia chegado a 230 indivíduos, dos quais uma centena era formada por crianças e adolescentes.

Durante o segundo semestre de 2020 e do ano de 2021 foi dado início ao fluxo de atendimento da SEDH. Dele resultou o organograma de emissão e regularização de documentação; a formação de uma equipe de atendimento com psicóloga e assistente social custeadas pelo município de João Pessoa; a formação de uma sala multiseriada para inclusão escolar das crianças e adolescentes na rede municipal escolar; a contratação de uma equipe de acompanhamento à saúde formada por enfermeira e técnica custeadas pelo Hospital Padre Zé; a implementação de um projeto de fomento ao artesanato, organizado pela UFPB e financiado por diferentes instituições.



Ao longo do período houve formação e capacitação contínua das equipes tanto por órgãos internacionais (como o ACNUR), como iniciativas organizadas pelas próprias Secretarias locais, a exemplo do curso realizado pela SEDH e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Ademais, ao longo do período, materiais didáticos e de divulgação, como o podcast *Dibubukitane* e a cartilha *Caminhos Warao*, realizados pela UFPB em parceria com os indígenas Warao, desempenharam um importante papel de sensibilização e divulgação das demandas e da cultura indígena.



4. Número de beneficiários pelo serviço ou projeto²⁷

Um aspecto fundamental a ser considerado nas ações de promoção à produção do artesanato entre os indígenas Warao diz respeito ao abrigo e ao atendimento socioassistencial, saúde e escolar. Eles são garantia de direitos fundamentais que colaboram diretamente na permanência das famílias nos municípios e garantem as condições necessárias para que os adultos possam se ocupar da produção dos objetos. Na ausência desses atendimentos, os indígenas lançam-se à prática de pedir dinheiro e doações nas ruas como forma de obtenção de recursos mais imediatos.

O projeto Narú está aberto a todas as famílias de indígenas Warao que estão na cidade de João Pessoa/PB, que totalizavam até julho de 2022, 78 famílias. Desses, cerca de 18 artesãos produzem objetos e frequentam regularmente as oficinas e atividades. Os artesãos participam com a presença também de outros membros do seu núcleo familiar. Muitas vezes as artesãs presentes nas oficinas compartilham a produção com outras mulheres de sua mesma casa-abrigo, funcionando como pontes de acesso à sua rede familiar. A presença das crianças indígenas no espaço de produção de artesanato é frequente e integra um foco importante do projeto Narú. Nos encontros para a produção de artesanato é possível verificar o saber-fazer entre as diferentes gerações, ao mesmo tempo em que novas e novos artesãos são formados - um aspecto primordial do trabalho desenvolvido neste projeto.



5. Objetivos

Objetivo geral:

Desenvolver ações de fortalecimento identitário e cultural entre os indígenas Warao por meio do artesanato e da atualização do saber-fazer entre as gerações mais jovens, considerando o contexto migratório atual dissociado das condições de matéria prima originárias do território precedente.

Objetivos específicos:

- Constituir condições para produção de um artesanato sustentável no contexto migratório Warao, considerando as dificuldades de acesso ou mesmo a ausência de sua matéria-prima principal, a fibra do buriti;
- Promover ações de geração de renda por meio da formalização dos indígenas Warao como artesãos por meio de sua inclusão no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato

27 Dados se referem a outubro de 2022, data de envio do relato revisado para a publicação.

- Brasileiro (SICAB) e do estabelecimento de um fluxo de produção e comercialização dos itens em feiras, canais online e sob-demanda;
- Garantir a continuidade do saber-fazer Warao entre as gerações mais jovens através da constituição de espaços favoráveis ao ensino-aprendizado;
- Fortalecer o processo de associativismo com fins à autogestão do artesanato Warao.



6. Construindo Respostas

Os primeiros contatos com a população Warao se deu por meio da participação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) na rede de atendimento Warao. Ao longo desta atuação foram realizadas apoio à implementação de políticas públicas de atendimento por meio de projetos de extensão. Através dessa atuação ocorreram aproximações com a comunidade indígena, que por própria demanda solicitaram ações de incentivo à produção e comercialização do artesanato Warao. Diante dessa demanda, foram feitas propostas de projetos dos quais resultaram as ações desenvolvidas em conjunto com o Fundo Casa, a ASA, a SEDH, o ACNUR e com o Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A formulação das propostas passa pela escuta ativa da comunidade Warao e por meio dela são estabelecidos os principais princípios norteadores dos projetos. Desse modo, busca-se conciliar a presença do Buriti com elementos locais, permitindo a produção de diferentes linhas de produtos. Os objetos produzidos – como luminárias de teto e de mesa, bolsa, chinchorro (redes) e outros – são elaborados a partir de buriti e tingimento natural e tem por foco mercados exclusivos. A produção dos objetos elaborados a partir de fios de algodão e nylon, por sua vez, tem foco em feiras e mercados locais. Essas dinâmicas buscam solucionar o escoamento da produção apontado pelos indígenas, e identificado por meio do processo de avaliação interna do projeto, como uma das questões centrais de atuação.

Estas ações desenvolvidas em conjunto com os atores, já citados, estão inseridas no escopo das políticas públicas de geração de renda para populações etnicamente diferenciadas. Desde o início do projeto buscou-se estabelecer alinhamento com as equipes que compõem as entidades responsáveis. Além das instituições já citadas, o projeto Narú estabeleceu contato com as equipes do Programa do Artesanato Paraibano (PAP), da Secretaria de Economia Solidária (EcoSol) e com a Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana (SEMDH).

Ao longo do projeto, a presença das lideranças e das mulheres indígenas nas reuniões, feiras e demais encontros de planejamento e execução do projeto fez parte do compromisso junto à comunidade atendida com o objetivo de construir caminhos para a sua autogestão.



7. Equipe responsável pelo atendimento do público beneficiário

Além dos indígenas Warao, a equipe é formada por profissionais com diferentes formações: antropóloga, designer, advogada, cientista social e educadora popular. Além disso, profissionais como designers gráficos, fotógrafos, programadores, assistentes e outros são contratados pontualmente para realização de atividades específicas. O desenvolvimento do projeto ocorre de modo interdisciplinar, se constituindo também como espaços de formação continuada.

O projeto conta com profissionais experientes. A antropóloga atua há mais de dez anos junto às populações indígenas brasileiras e aos museus, sendo responsável pela parte antropológica do projeto e pela formação das equipes nas temáticas indígena e de Direitos Humanos. A equipe também conta com uma designer de objetos, que possui larga experiência no desenvolvimento de projetos de geração de renda com comunidades tradicionais. Ela é responsável pela parte de aprimoramento técnico e realiza as oficinas de tingimento, entre outras. A equipe também é composta por uma advogada e mestranda em antropologia, que responde pelas capacitações sobre associativismo e auxilia os indígenas na sua inserção formal nos programas relativos ao fomento do artesanato.

A área de comunicação fica a cargo de uma profissional Cientista Social e Mestranda em sociologia, que faz a divulgação dos produtos nas redes sociais por meio de uma linguagem acessível e ao mesmo tempo livre de xenofobia e preconceitos. Também integra o projeto uma educadora popular que, além de atuar como assistente nas oficinas, realiza há mais de dois anos atividades de letramento em português e matemática nas casas-abrigo por meio do projeto Sal da Terra. Nas oficinas do Narú esta profissional reforça os processos educativos contribuindo para sua aproximação com o universo letrado.



Ao longo do processo, a equipe integrou diferentes ciclos de formação com foco em populações indígenas e migrantes ofertadas pelo ACNUR, Universidades, entre outros. O desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e de projetos de extensão correlacionadas à temática do artesanato tem se mostrado um caminho importante para o fortalecimento e aprimoramento das ações desenvolvidas²⁸.



8. Participação da população beneficiária no serviço/projeto

Ao longo do projeto foi estabelecida uma rotina na realização dos encontros com os indígenas que foi sendo ajustada conforme suas demandas e as condições materiais disponíveis. No primeiro ano do projeto, ao longo das duas primeiras etapas desenvolvidas em parceria com o Museu Nacional e o Fundo Casa, as oficinas eram realizadas diretamente nas casas-abrigo. Esse aspecto possibilitou uma grande participação das mulheres e das crianças acolhidas.

Com a ampliação do número de casas-abrigo em virtude da chegada de mais famílias à cidade de João Pessoa, essa metodologia se mostrou inviável. Desse modo, a metodologia foi ajustada em duas etapas. A primeira, concluída, com um ciclo de atividades realizado na Casa de Convivência da ASA reunindo indígenas de diferentes casas-abrigo. Esse primeiro momento permitiu a confluência das famílias e a consolidação de um grupo de artesãos com técnicas em comum. A segunda etapa, com previsão de término em dezembro de 2022, abrangeu oficinas em conjunto com as crianças e jovens, como forma de fortalecer o processo de ensino aprendizagem contribuindo para transmissão e atualização do saber-fazer entre as novas gerações. Nessas ocasiões, planejou-se a realização de oficinas ministradas pelos próprios indígenas.

Ao longo das ações desenvolvidas pelo Narú, estabeleceu-se uma rotina de acompanhamento da produção dos indígenas que envolveu a produção de um circuito de documentação e registro para produção de dados e avaliação do processo. Um livro de registro foi estabelecido onde as entregas de insumos e as negociações de precificação são registradas a cada semana. Cada artesão recebe um caderno onde fica anotado igualmente o material recebido, a data e os objetos posteriormente entregues. Bem como, os pagamentos realizados. As decisões coletivas também ficam registradas em ata e passam a funcionar como um elemento de consolidação das decisões do grupo, funcionando como um dispositivo de mediação dos conflitos e consolidação dos acordos estabelecidos.



9. Sustentabilidade

O Narú nasceu de uma iniciativa da Universidade Federal da Paraíba em 2020 e se perpetuou ao longo dos dois primeiros anos por meio de projetos de curta duração financiados por diferentes parceiros - Museu Nacional (UFRJ), Fundo Casa, ASA, SEDH e ACNUR. Atualmente conta com o apoio e financiamento da ASA e da SEDH, que respondem pela remuneração da equipe de trabalho, pela aquisição de insumos e pagamento de demais despesas necessárias à sua realização (materiais gráficos, transporte, inscrições nas feiras, alimentação, etc.).

O projeto atual garantiu recursos para a sua execução até dezembro de 2022. Faz-se necessário a cada semestre negociar a continuidade das atividades, constituindo as condições necessárias à sua execução. Esse aspecto tem se mostrado um dos maiores dificultadores do projeto, limitando o alcance e os resultados que poderiam ser obtidos a partir da sua realização em um tempo de maior duração.

Os resultados obtidos e a experiência acumulada pelo Narú têm demonstrado que a produção do artesanato Warao tem, sob diferentes modalidades, uma boa aceitação de mercado; além de funcionar como um importante elemento de visibilidade étnica dos indígenas Warao.

Em relação ao mercado, a produção dos Warao tem o potencial para participar dos circuitos de comercialização exclusivos - como galerias de arte e museus -, também de feiras e eventos culturais mais amplos. Como elemento de visibilidade étnica, ele tem possibilitado a construção

²⁸ Rita de Cássia Melo Santos, Antropóloga (UFPB); Lucyana Azevedo, Designer (Lu.Az); Luciana Menéndes, Advogada; Ana Célia, Assessora de oficinas e feiras (Educadora Popular, Sal da Terra); Izadora Vieira, Comunicação.

de redes de contato com outras populações indígenas nacionais e sua consequente participação em feiras e eventos promovidos pelo movimento indígena organizado.

Além disso, a presença das famílias com sua produção nesses novos espaços funciona como um elemento de prevenção e enfrentamento à xenofobia e ao preconceito que foram alvo na sua chegada ao município de João Pessoa. Desse modo, espera-se que o Narú siga atuando ao longo do tempo, cada vez com menor presença das equipes de apoio e maior autogestão indígena.



10• Intersectorialidade

Atualmente, constitui a rede de parceiros envolvidos no projeto: a SEDH, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), o Programa de Artesanato Paraibano (PAP), a Cooperativa Paraibana de Empreendimentos Econômicos Solidários (EcoSol), o ACNUR, a Secretaria de Educação e Cultura Municipal (SEDEC) e a UFPB. A SEDH e a ASA respondem pelo financiamento do projeto e pelo fornecimento da infraestrutura onde são realizados os encontros com os indígenas. Através das parcerias, são viabilizados o espaço, transporte e alimentação. O PAP e a EcoSol constituem o apoio à inserção dos indígenas na rede de economia solidária do Estado. São eles que possibilitam a sua inclusão nas grandes feiras, a exemplo do Salão do Artesanato e de pontos de venda, como a loja EcoSol. Além de serem importantes contatos na inclusão dos indígenas na rede de formalização dos artesãos.

O ACNUR tem contribuído com formações continuadas, no estabelecimento de redes de contato promovendo as conexões necessárias entre o projeto e outros parceiros, e com a doação de insumos fundamentais à execução do projeto. A SEDEC responsável pelo atendimento educacional de jovens e crianças tem permitido a construção de um currículo educacional diferenciado que inclui as atividades do artesanato como matéria escolar, apoiando igualmente com transporte, infra-estrutura e alimentação destinadas à realização das oficinas a serem realizadas a partir do segundo semestre de 2022.

Por fim, a UFPB atua na captação dos projetos, na assessoria antropológica e na construção das diretrizes pedagógicas tanto do projeto quanto do currículo educacional diferenciado. O trabalho em rede tem se mostrado fundamental para a continuidade das atividades desenvolvidas. Tanto no âmbito da confluência de recursos indispensáveis à execução do projeto, quanto no planejamento, na gestão e na administração das ações. A partir da rede, ações foram constituídas para atender as demandas postuladas pela comunidade indígena Warao. A distribuição dos papéis e responsabilidade se deu de acordo com o escopo de atuação e experiências prévias de cada instituição.



11• Monitoramento

O processo de monitoramento do projeto tem sido desenvolvido de modo processual e realizado por meio de diagnósticos, acompanhamento etnográfico e reuniões de avaliação realizadas com os indígenas e as equipes de atendimento. Por meio desse processo contínuo foram identificados os índices de analfabetismo e de experiência escolar que orientaram a mobilização da rede de educação. Além de contribuir com a garantia de direitos na área educacional, esta articulação foi fundamental para o sucesso na realização do projeto. Também por meio desse processo foram identificadas as preferências laborais do grupo, com grande ênfase no interesse das mulheres pelo trabalho com o artesanato. Contudo, para permitir a sua participação, fez-se necessário a garantia de espaços acolhedores para a família como um todo, bem como a provisão de refeições durante as atividades.

O planejamento para o segundo semestre de 2022, com a realização de oficinas na escola, busca igualmente fortalecer a presença das mães junto aos seus filhos. O planejamento de remuneração para as oficinas ministradas pelas mulheres busca prover uma fonte de renda complementar e que permita uma maior autonomia para elas e, por conseguinte, também para as famílias. O processo avaliativo tem demonstrado ainda que a remuneração imediata à entrega dos produtos funciona como um elemento de estímulo à produção. Por isso, além do circuito de feiras e vendas online, o projeto tem trabalhado na captação de clientes que possam atuar sob a modalidade de encomenda. Paralelo a esse processo, umas das ações do projeto visa a inclusão bancária e a inscrição no Cadastro Único dos Artesãos do Brasil que permitirá a emissão de Nota Fiscal para comercialização ampliada dos produtos. Por fim, um aspecto fundamental que o processo de avaliação tem demonstrado é a capacidade criativa e o uso de elementos inovadores propostos pelos próprios indígenas, como por exemplo, a incorporação dos fios coloridos e na construção de novas formas de cestarias. As opções estéticas, fundamentais à expressão da sua identidade étnica, precisam ser igualmente garantidas ao longo de todo o processo.





12. Desafios

A principal dificuldade encontrada diz respeito à continuidade das ações. Em virtude da necessidade de captação constante de recursos, não foi possível por em curso um plano de ação de longa duração que permita reverter de modo consolidado a situação de vulnerabilidade das famílias Warao por meio de uma geração de renda estável para as famílias atendidas. A mudança entre diferentes gestores públicos e requisitos para aplicação dos recursos também funciona como um elemento limitador.

Em relação aos habitantes da cidade de João Pessoa e a convivência com a população Warao, os desafios estão relacionados ao estabelecimento de uma comunicação e conscientização sobre a realidade e condição de vulnerabilidade que as famílias indígenas se encontram, permitindo a compreensão dos Warao como sujeitos políticos e com direitos. É comum que a população indígena seja estigmatizada socialmente, tal como formulado no senso comum e repetido pelas mídias locais. Faz-se necessário constituir espaços de visibilidade positiva e de valorização da condição étnica, criando estratégias de combate às práticas xenofóbicas e racistas que teimam em persistir.

No trabalho intersectorial o desafio é constituir uma linguagem comum e compartilhada em relação aos objetivos e desafios a serem superados. Cada órgão tende a atuar dentro do seu próprio



sistema de gestão, respondendo a partir de perspectivas e temporalidades específicas. Por algum tempo o projeto Narú encontrou dificuldades para implementar ações prioritárias que afetavam diretamente a participação dos indígenas nas atividades: documentação, abrigo, alimentação, saúde, educação e geração de renda. Construir um repertório comum e colaborativo para a solução das demandas para a garantia de direitos da população Warao é o grande desafio deste encontro.



13. Aprendizados – Ação-Reflexão-Ação

Para superar as barreiras de comunicação com o público formado pela sociedade civil, uma estratégia que se mostrou fundamental foram as narrativas de vida dos indígenas. Com uso de fotos-retratos e vídeos realizados nas oficinas, por meio de mini-biografias, as mulheres puderam compartilhar um pouco a respeito da origem, sonhos, desejos e expectativas nos novos territórios que passaram a ocupar. Esse processo de aproximação constitui um elemento de efeito positivo na relação entre o público e os próprios indígenas. A identificação da autoria das peças reforça essa particularização dos indígenas, permitindo o estabelecimento de relações mais próximas entre o público e eles.

Entre 2020 e 2021, as oficinas semanais eram desenvolvidas nas casas-abrigo onde residem os indígenas. Ao longo do último ano de 2022, contudo, com o aumento do número de casas-abrigo e da população total, essa metodologia se mostrou inviável. O encontro de indígenas residentes em um único espaço tem se mostrado uma ferramenta fundamental de aproximação da comunidade e de fortalecimento dos vínculos para além das relações familiares mais estreitas. Isso, contudo, não deixa de gerar conflitos que ao serem solucionados vão consolidando a relação comunitária mais ampla. Para isso, a combinação entre as famílias não pode ser imposta, mas, precisa ser conduzida pelos próprios indígenas, respeitando sua autonomia na formulação das alianças.

O fortalecimento do vínculo intergeracional tem se mostrado como um elemento primordial na execução do Narú. Ele constitui a aposta na continuidade do saber-fazer indígena, profundamente impactado pela alteração das condições materiais de vida. Com a supressão dos buritizais, a redução da vida comunitária, a inclusão de novas rotinas e ritmos de vida no contexto migratório, o processo de transmissão e atualização entre gerações pode vir a ter impactos mais profundos. Desse modo, oportunizar espaços de encontro entre as gerações, constitui uma oportunidade de valorização de suas expressões culturais e identitárias.





Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste em Recife (PE):

TALLER WARAO



“ O caminho para a autonomia financeira e a integração socioeconômica da população indígena refugiada e migrante pode ocorrer através de projetos envolvendo renda e trabalho. Outras questões transversais, a exemplo de saúde e educação podem surgir, sendo uma oportunidade para buscar parcerias na solução de demandas e sucesso do projeto. ”

Equipe de apoio do Serviço Pastoral dos Migrantes Nordeste (SPM/ NE)





1. Dados iniciais

Nome da instituição ou grupo de trabalho: Serviço Pastoral dos Migrantes Nordeste (SPM/ NE)

Nome do Projeto: Taller Warao

Órgão(ões)/instituição(ões) responsável(eis): Serviço Pastoral dos Migrantes Nordeste (SPM/NE)

Cidade e Estado: Recife/Pernambuco

Endereço: Rua Bom Jesus da Lapa, número 23.



2. Breve Histórico

O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) foi fundado em 1985, com sede em São Paulo e com escritórios de campo em Manaus (desde 1997), em Roraima (desde 2014) e Paraíba e Pernambuco (desde 1994). O SPM é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como um dos braços católicos das ações com refugiados e migrantes no Brasil. O principal objetivo do SPM é fornecer proteção, abrigo, assistência alimentar e meios de subsistência a refugiados e migrantes. Atua em colaboração com a resposta nacional ao fluxo migratório forçado da população refugiada e migrante venezuelana (Operação Acolhida), a Plataforma R4V, agências das Nações Unidas, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Apoia a Interiorização nos estados do Ceará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo²⁹.

Em 2018 o Serviço Pastoral dos Migrantes do Nordeste (SPM NE) passou a integrar o trabalho com refugiados e migrantes voltado ao acolhimento e à proteção integral. A presença da equipe do SPM em Recife possibilitou a construção do Taller Warao. O projeto colabora efetivamente com a integração dos refugiados e migrantes indígenas Warao na comunidade de acolhida, bem como facilita as relações com o Estado e a sociedade civil, além de colaborar na inclusão produtiva e na geração de renda por meio da comercialização da produção de artesanato.

O projeto Taller Warao é um espaço de acolhida, geração de renda e etnodesenvolvimento³⁰, uma iniciativa do SPM NE em conjunto com a comunidade Warao residente em Pernambuco.

O Projeto Taller Warao encerrou suas atividades em outubro de 2022.



3. Contexto local

Entre outubro e novembro de 2019, dois fluxos migratórios de pessoas indígenas da etnia Warao chegaram no Recife (PE), cada grupo com uma média de 100 pessoas. As famílias ocuparam imóveis abandonados e sem nenhuma infraestrutura nos bairros mais centrais da cidade: Boa Vista e Santo Amaro. A chegada em Recife foi motivada por melhores condições de vida, sobretudo de alimentação e moradia. O Convento Nossa Senhora da Glória foi a primeira instituição a apoiá-los com sede na rua de uma das ocupações.

No início de 2020 firmou-se um acordo entre a Cáritas Regional Nordeste 2 e a Prefeitura Municipal do Recife para o aluguel de duas casas para o abrigo de indígenas Warao, um grupo indígena permaneceu ainda residindo em uma casa abandonada no bairro de Santo Amaro. Em março de 2021, durante a pandemia de COVID-19, a gestão pública municipal optou pela junção da comunidade em apenas um único abrigo, localizado no bairro do Torreão. Naquele momento, 11 famílias foram transferidas. No início de 2022 outro grupo de indígenas foi abrigado, por meio de um acordo entre o governo do Estado de Pernambuco e a Cáritas Arquidiocesana de Olinda e Recife. No total, 11 famílias se dividiram em 4 casas alugadas pelo convênio no bairro de Nova Morada.

O Projeto Taller Warao nasceu da própria demanda da comunidade indígena, pelo desejo de desenvolverem atividades laborais voltadas para o artesanato e pela oportunidade de produzir peças de artesanato que historicamente fazem parte da cultura Warao, na Venezuela, em suas jornadas migratórias: Chinchorros (redes), cestaria, colares e pulseiras de miçangas, vestidos, saias e acessórios para bebês (duanakaja) em tecido são produtos que estão sendo produzidos no Taller.

29 A Estratégia de Interiorização é uma ação do Governo Federal, por meio da Operação Acolhida, ação que visa o deslocamento voluntário de refugiados e migrantes venezuelanos de forma gratuita e ordenada.

30 Os princípios do etnodesenvolvimento compreendem o respeito à autonomia e à autodeterminação dos Povos Indígenas.





4. Número de beneficiários pelo serviço ou projeto³¹



5. Objetivos

Objetivo Geral

Inclusão produtiva de famílias indígenas refugiadas e migrantes da etnia Warao residentes no Recife (PE) por meio da geração de trabalho e renda

Objetivos específicos:

- Construir mecanismos de comercialização justa da produção artesanal Warao;
- Articular interinstitucionalmente a promoção da produção artesanal Warao;
- Incentivar a auto-organização Warao para apoiar a comercialização da produção artesanal;
- Promover o potencial de mulheres em posições de liderança na produção artesanal para modelar novas relações;
- Colaborar com a geração de renda para mulheres como forma de desafiar um papel tradicionalmente masculino como provedor.



6. Construindo respostas

No projeto Taller Warao todo o material advém de investimentos a fundo perdido (créditos de longo prazo disponibilizados por governos federal, estadual ou municipal sem perspectiva de reembolso) de instituições civis e é repassado gratuitamente aos indígenas como forma de financiar suas produções. As transferências dos materiais são realizadas prioritariamente para as artesãs, pois a maioria das mulheres são as responsáveis pela geração de renda na família Warao. Assim, cada família tem uma quantidade fixa de materiais (fibras naturais, miçangas, linhas, tecidos), que são entregues nos encontros semanais.

Como primeiro esforço de comercialização dos produtos, no contexto da pandemia do COVID-19, criamos um perfil no Instagram, o @tallerwarao. Este tem por finalidade divulgar e vender a produção artesanal Warao, não sendo realizada revenda da produção, mas sim a compra diretamente com o produtor, para o qual o dinheiro da comercialização das peças é repassado integralmente. Além da geração de renda, o perfil serve ainda para a difusão da cultura, tradição, socialização de informações sobre a produção artesanal Warao e arte indígena em geral. Sendo uma estratégia para promover a integração com a comunidade anfitriã ao fomentar uma cultura de acolhimento para com refugiados e migrantes no território pernambucano e brasileiro.

Atualmente, o Taller Warao dispõe de uma barraca semanalmente na Feira do Bom Jesus, localizada no Marco Zero, região com um grande fluxo de turistas em Recife.

31 Dados encaminhados na data de envio do relato revisado para a publicação, outubro de 2022.

As crianças e adolescentes estão com sua família participando do Taller Warao. Desta maneira, foram incluídas no projeto desde o início, a partir de atividades paralelas de arte e educação. Um “espaço brincante” vem sendo desenvolvido no Taller Warao, onde tem sido possível realizar pequenas incursões pelo bairro da Vila Santa Luiza, entre elas, a visita a uma biblioteca chamada RioTeca e atividades no Parque Santana.



7. Equipe responsável pelo atendimento do público beneficiário

A equipe do projeto conta com agentes pastorais, geógrafas, filósofo, professoras e outras educadoras. Sobre as atividades realizadas pela equipe coordenadora do projeto, podemos destacar: realização de atividades com as crianças, vendas pelo Instagram, catalogação das peças através de fotos, design e precificação das peças junto aos beneficiários, articulações com instituições parceiras, entre outras atividades.



8. Participação da população beneficiária

Para o SPM NE é fundamental a participação da comunidade beneficiária no projeto Taller Warao, são desenvolvidas atividades estratégicas para a autogestão do projeto, com responsabilidades da comunidade indígena em todo processo de desenvolvimento do artesanato. Nesse sentido, há divisão de diferentes tarefas dentro do projeto, sobretudo, durante a participação em feiras de artesanato. Ainda sobre as estratégias para viabilizar a autogestão, são oferecidas aulas de português, cursos sobre vendas e na área financeira em geral, com instruções para usos de tecnologias, como as máquinas de vendas.

Além da produção artesanal e das formações, no espaço do Projeto Taller Warao são realizadas atividades lúdicas com as crianças das famílias que participam dos outros projetos, com o intuito de integrar ainda mais a comunidade.

São realizadas reuniões semanais para avaliar e discutir as funções e participação de cada integrante do Taller Warao, desde as famílias indígenas até os agentes pastorais do SPM NE.



9. Sustentabilidade

Durante o ano de 2021 o Taller Warao foi financiado pelo SPM NE e pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Até outubro de 2022 o projeto conta com o financiamento do Ministério Público do Trabalho (MPT) através do Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Até o momento, não existe previsão recursos para o projeto em 2023.



10. Intersectorialidade

Parceiros no projeto Taller Warao:

- SPM Nacional: Materiais;
- SPM Nordeste: Materiais, logística e recursos humanos;
- APOINME: Materiais;
- CRB NACIONAL: logística, espaço de acolhida, estrutura;
- CSDJC: logística, espaço de acolhida, estrutura;
- MPT: recursos humanos, materiais, transporte
- FUNAI: alimentação

O trabalho em rede é necessário, além de aumentar a capilaridade das ações existem muitas outras vantagens, como a troca de experiência entre os atores institucionais que potencialmente podem transformar-se em acúmulo de experiência. Criando um caminho de diálogo entre os diferentes campos da sociedade, onde o tema do refúgio e da migração passam a ser pautados em diversos espaços da sociedade.





11. Monitoramento

Ao longo da estruturação do projeto Taller Warao, observamos que algumas famílias diminuíram o exercício de pedir dinheiro e doações nas ruas. Nesse sentido, por meio do monitoramento recorrente, observa-se que o Projeto Taller Warao não é o suficiente para responder totalmente as emergências e necessidades das famílias indígenas refugiadas e migrantes em situação de vulnerabilidade social, podendo ser um aliado.

Quanto às atividades do projeto, realizamos levantamento de dados, semanalmente, sobre o número de peças vendidas e produzidas, bem como o retorno financeiro de cada artesão/artesã. Cada material finalizado é pesado, catalogado e publicado no Instagram.



12. Desafios

As famílias Warao que residem no Recife enfrentam questões relacionadas à moradia, à saúde e à educação, refletindo na instabilidade se manterem-se no projeto. Muitas famílias Warao saíram do Recife rumo a outras cidades do Brasil a procura de melhores condições de vida, tendo o Taller Warao perdido exímias artesãs.

No primeiro momento a presença do Taller Warao em algumas feiras de artesanato, como a FENEARTE foi um desafio por alguns beneficiários terem dificuldade para ler em português. Por este motivo, as aulas de português têm importante papel no fortalecimento das atividades do Taller Warao.

Desde o início do projeto, os indígenas que compõe o Taller Warao vêm sendo procurados por atravessadores de artesanato indígena. Geralmente, os atravessadores não mencionam o artesão que fez as peças e nem o projeto, propondo a compra das peças abaixo do valor de mercado. O desafio do SPM junto à comunidade Warao é a valorização dessas peças produzidas dentro do Taller Warao, para que cheguem diretamente ao comprador sem que haja desvio ético e com um preço recomendado.

Ainda é preciso fortalecer a atuação das políticas públicas e criar outras estratégias de integração socioeconômica para as famílias na cidade, favorecendo soluções para problemas estruturais nos abrigos e para melhora da segurança alimentar das famílias, bem como ampliar o acesso das crianças às escolas. Entre outros agravantes que impedem a frequência de algumas famílias no espaço e no bom desenvolvimento de suas peças.



13. Aprendizados – Ação-Reflexão-Ação

A estratégia de realizar reunião com as famílias participantes do projeto, uma vez por semana, em um espaço distinto dos abrigos de onde elas vivem, possibilitou o estabelecimento de um diálogo positivo entre as pessoas de interesse.

A partir do projeto as crianças encontram-se para fazer atividades, constroem vínculos e fortalecem a cultura Warao. Além disso, os indígenas Warao passaram a ter acesso a outros espaços da cidade, começam a construir uma relação com a comunidade anfitriã. A inserção dos artesãos nas feiras de artesanato na cidade de Recife, desde a organização até a comercialização, tem permitido que os Warao dialoguem com outros atores sociais e tem permitido que a sociedade pernambucana conheça um pouco mais da história dessas pessoas.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento buscou visibilizar ações estratégicas voltadas à proteção e promoção de direitos da comunidade indígena refugiada e migrante que atualmente vive em diferentes regiões do Brasil, tendo por objetivo apoiar, por meio da disseminação de informações, outras instituições que se deparam com os desafios no atendimento da população em questão.

Em face dos inúmeros desafios na construção de estratégias para apoiar as populações indígenas refugiadas e migrantes, para além dessa coletânea, o ACNUR e o Ministério da Cidadania produziram duas publicações sobre o tema, sendo elas: “Guia de Referência para o Trabalho Social para a População Indígena Refugiada e Migrante” e “Guia de Proteção Comunitária de Pessoas Indígenas Refugiadas e Imigrantes”³². A primeira delas, sobre o trabalho social para a população de interesse, teve como objetivo trazer orientações e reflexões para os profissionais e gestores da política de assistência social e demais agentes de proteção social para o atendimento seguro e sensível. A segunda reúne orientações sobre diretrizes teóricas e práticas sobre possibilidades de trabalho de prevenção e resposta a violações de direitos dentro e fora das comunidades por meio de processo de proteção comunitária.

Ainda que a discussão não se encerre neste material ou nas publicações mencionadas, esperamos que os temas tratados possam colaborar na superação de desafios, bem como inspirar a execução de boas práticas para a comunidade indígena refugiada e migrante em diferentes regiões do Brasil. Estas experiências podem inspirar melhorias até mesmo na atenção a outros públicos em situação de vulnerabilidade social cuja atenção exija trabalho em rede estruturado, para potencializar o atendimento das famílias nos territórios e nos serviços de acolhimento, visando sua qualidade de vida, autonomia e inclusão social.

VI. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Cidadania (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, 2005.
- ACNUR. I Relatório cidades solidárias Brasil: proteção e integração de pessoas refugiadas no plano local. Brasília, DF: ACNUR, 2022.

32 Ambas as publicações estão disponíveis para acesso gratuito no site do ACNUR e do Ministério da Cidadania.

Guia Proteção comunitária de pessoas indígenas refugiadas e imigrantes: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/10/WEB-Guia-Prote%C3%A7%C3%A3o-comunit%C3%A1ria-de-pessoas-ind%C3%ADgenas-refugiadas-e-imigrantes.pdf>

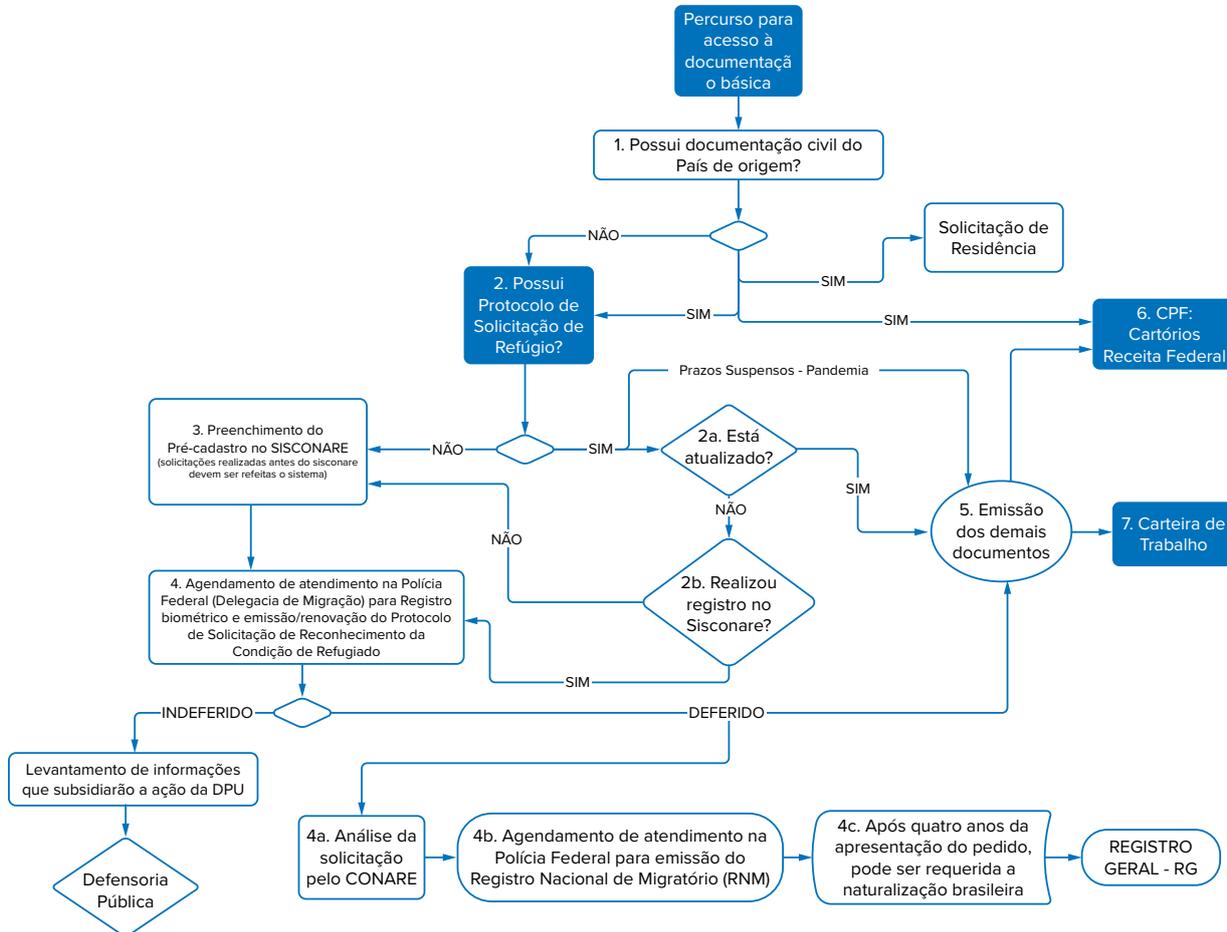
Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e imigrante: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2021/10/WEB-Guia-de-refer%C3%Aancia-para-o-trabalho-social-com-a-popula%C3%A7%C3%A3o-ind%C3%ADgena-refugiada-e-imigrante.pdf>



VII. ANEXOS

Governo Estadual da Paraíba (PB) - Implementação de Serviço e Fortalecimento das Articulações Intersectoriais no Estado da Paraíba para o Atendimento aos Indígenas Refugiados e Migrantes da Etnia Warao: Da Conjuntura Emergencial à Proteção Comunitária e Busca por Autonomia

Fluxograma para acesso à documentação básica voltada para a população indígena refugiada e migrante no estado da Paraíba



INTEGRAÇÃO SOCIOECONÔMICA/MEIOS DE VIDA



